

DIVULGAÇÃO DA ADUFPb- JOÃO PESSOA  
ADUFPb- CAMPINA GRANDE  
ASPEC - CAJAZEIRAS

ABRIL/90

O PLANO COLLOR E SUAS CONSEQUÊNCIAS  
PARA A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

LOCAL: AUDITÓRIO DO CI

DATA: 10 DE ABRIL DE 1990(3ª FEIRA)

HORA: 09:00

COM A PARTICIPAÇÃO DO REITOR ANTONIO SOBRINHO

**debate**

PROMOÇÃO: CONSELHO CONSULTIVO (ADUFPb-JP, ADUFPb-CG,  
ASPEC), SINTESP, DCE.

PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS E  
ESTUDANTES. PARTICIPE!!!

especial

DO CONSELHO CONSULTIVO DAS AD's  
ADUFPb-JP - ADUFPb-CG - ASPEC

**boletim**  
**I**

Plano Collor:  
movimento  
docente em  
estado de  
alerta

ABRIL 1990



Na quarta-feira, 28 de março, o ministro da Educação recebeu os reitores das Universidades. O ministro ouviu, um a um, cada reitor, expondo os problemas de sua universidade. No início da noite, Chiarelli fez uma exposição aos reitores. Embora não convidados, a ANDES-SN e a FASUBRA estiveram presentes. O representante da ADUFPB-JP acompanhou esta exposição. Havia a expectativa de um chamado pacotão para a educação.

Os principais tópicos da fala do Minsitro podem ser resumidos assim:

1. O MEC não abre mão de ser o interlocutor governamental junto às Universidades.
2. Reconhece como ministro o que votou como constituinte: a universidade tem autonomia. Segundo ele, não há necessidade de interpretações tortuosas ou hermenêuticas para entender o que está enxuto na Constituição. Para ele autonomia não é soberania, já que a Universidade não pode ser um estado dentro do estado.
3. Conclama a universidade a se engajar na tarefa de alfabetização.
4. Solicita das universidades sugestões e propostas para a mudança no vestibular. Ministério não tem fórmula mágica; sabe que o atual vestibular é discriminatório.
5. Os recursos das Universidades autárquicas que estavam bloqueados já estão liberados.
6. Anunciou que já conta com a concordância do presidente para a não extinção do INEP.
7. O Ministro se diz completamente identificado com o Plano. Pequenos problemas, no varejo, podem ser discutidos. Citou dois exemplos, no caso das Universidades: a redução dos veículos, a questão das vagas a serem preenchidas.

Após o pronunciamento, o ministro encerrou a reunião, sem qualquer espaço para discussão ou mesmo esclarecimento. Os reitores das federais tiveram logo em seguida um encontro, marcando nova reunião em Brasília para esta semana.

#### AVALIAÇÃO DO PRONUNCIAMENTO DO MINISTRO:

Cogitava-se que o Ministro adiantasse pontos de uma possível reforma educacional especialmente no que se refere às universidades. No entanto, o ministro limitou-se a expor genericamente sobre a universidade, seus problemas e suas tarefas. Repetiu o já anunciado na imprensa. Sobre autonomia pode-se depreender a partir da fala do ministro que o MEC já possui sua interpretação sobre o assunto, e dos artigos publicados na imprensa pela Secretaria de Ciência e Tecnologia pode-se concluir que é, em linhas gerais, a preconizada pelo GERES. No global, a exposição do ministro não esboça um projeto de governo para a educação ou para a universidade.

EDITORIAL

## EM ESTADO DE ALERTA!

Desde a divulgação das medidas do Plano Collor o país inteiro pagou a viver um estado de alerta. Havia algumas certezas por parte daqueles que vêm acompanhando, com cuidado, a situação do Brasil: de um lado, há uma necessidade de mudanças reais, particularmente porque o governo Sarney levou o país a uma inflação incontrolada, com toda a perversidade de suas conseqüências; por outro lado, também não se podia esperar, em sua consciência, que o governo Collor, comprometido com as mesmas forças que dominavam o governo anterior, viesse a promover estas mudanças que se fazem urgentes, sem fazer recair sobre o trabalhador, mais uma vez, o custo de uma conta que ele não fez.

Num primeiro momento, ancorado numa fantástica propaganda de mídia, o discurso do presidente pareceu convencer a maioria da população. Mas já as explicações do pacote não conseguiram se sustentar. A arrogância do presidente, atribuindo-se postura e poderes imperiais, tornando as medidas provisórias um hábito de rotina, tentando colocar o Congresso no imobilismo, pôs a democracia sob ameaça.

Na razão direta desta atitude autoritária instalou-se um clima de insegurança e intranquilidade. Os assalariados - sempre os assalariados - são tomados de pânico: seus empregos estão ameaçados e as demissões se sucedem. O pequeno poupador, que tinha na sua reserva um pouco de segurança, vê-se confundido com os grandes especuladores. Estes já tinham tomado suas providências. O servidor público, visto como bode expiatório dos erros do governo, fica na mira do seu patrão.

As primeiras análises mais acuradas do Plano passam a revelar suas facetas mais reais: privatização a serviço do grande capital nacional e internacional; recessão; desemprego; perda significativa dos salários. A inflação, é certo, começa a baixar. Mas, se pergunta: a que preço, e até quando? Varias medidas são apontadas como inconstitucionais: o próprio caráter técnico do Plano fica sob suspeita. E aprofunda-se a crítica: a reforma agrária não foi tocada; a dívida externa não foi enfrentada.

Medidas provisórias e decretos, como um rolo compressor, tentam fazer parar a discussão e o avanço em torno de questões centrais para a educação pública, como as contidas nos projetos, em andamento no Congresso e em discussão na sociedade civil, sobre Lei de Diretrizes e Bases e sobre o Regime Jurídico Único.

Na UFPB, tentativas desastrosas de reforma administrativa, à imitação de Collor, geram um clima de insegurança e revelam a falta de transparência na administração superior da Instituição. Transferência do FGTS, distribuição de funções comissionadas, atuação da FUNAPE, são apenas alguns exemplos.

E as associações docentes, o que fazem?

Fizemos assembleias nos diversos campi, para montar nossa estratégia de ação. A ADUFPB-JP participou, em Brasília, da reunião das associações docentes das universidades federais e estaduais (ver relato e documento), bem como da plenária dos servidores públicos e das estaduais (ver relato), esteve presente na reunião do ministro da educação com os reitores (ver relato). Realizamos reunião do conselho consultivo das três entidades de professores. Mantivemos, juntamente com o SINTESP, audiência com o Reitor. Estamos

presentes, em Brasília, num ~~comando~~ de mobilização, acompanhando a discussão e votação, no Congresso Nacional, do Plano Collor. Vamos promover (as associações docentes, Sintesp e DCE) debates nos diversos campi, analisando as consequências do Plano Collor para a UPPb.

A informação, o debate, a discussão são maneiras objetivas de não ceder ao imobilismo, de não deixar prosperar o clima de inquietação. De acordo, aliás, com o que projetamos no IX Congresso da ANDES - SINDICATO NACIONAL: **ORGANIZAR, RESISTIR, AVANÇAR.**

João Pessoa, 05 de abril de 1990

ADUFPb-JP / ADUFPb-CG / ASPEC

**RELATO 1**

### I REUNIÃO DAS AD's FEDERAIS E ESTADUAIS

Nos dias 25 e 26 de março realizou-se, em Brasília, a reunião das associações docentes federais e estaduais, conforme fora programado no IX Congresso da ANDES. Essa reunião, que contou com 32 entidades representadas, foi precedida de assembleias nas diversas AD's.

Da análise das medidas provisórias e dos decretos presidenciais resultou um documento, publicado a seguir, que conta inclusive com uma série de encaminhamentos propostos às AD's.

Onze emendas às medidas provisórias 153, 156, 159 e 163 foram encaminhadas ao Congresso.

### II

### PLENÁRIA NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS E DAS ESTATAIS

Nos dias 27 e 28 de março realizou-se, em Brasília, uma plenária nacional dos trabalhadores do serviço público e das estatais. A plenária, que tinha caráter de indicativo para o movimento, reuniu doze entidades nacionais, 124 sindicatos num total de 273 delegados.

O objetivo geral foi a defesa do serviço público e das estatais, mais do que nunca ameaçado pelo governo Collor.

A plenária rejeitou globalmente o Plano Collor, entendendo que ele se constitui num ataque aos interesses dos trabalhadores. A plenária aprovou um calendário de luta e mobilização, rumo à greve geral, a ser deflagrada no dia 24 de abril. Uma nova plenária, no dia 18, avaliará os rumos do movimento e o caráter da greve.

Foi formada uma coordenação nacional SPF/Estatais, da qual a ANDES-SN faz parte.

A crítica ao Plano Collor hoje é condição necessária para a conscientização popular - tão acintosamente manipulada pelos meios de comunicação. Sem a conscientização popular, não será possível enfrentar os duros tempos que virão.

### 4. ENCAMINHAMENTOS

4.1. A ANDES-SN deve agir na direção de tentar barrar no Congresso os projetos de privatização imediata que o Plano prevê, propondo transformação dessas medidas e o dimensionamento da intervenção e presença do Estado na economia em projetos de lei a serem amplamente debatidos com a própria sociedade civil.

4.2. Devem ser igualmente denunciadas com intransigência as muitas agressões que o Plano faz à nova Constituição, tais como o cancelamento do direito à crítica e à organização por parte do servidor público, o aumento do potencial de intervenção policial que o Plano prevê e a enorme concentração de poderes na Presidência da República.

4.3. Deve ser apontada, com clareza, a necessidade de organização do MD para enfrentar a política recessiva, a concentração de renda, o confisco de salários e o desemprego previstos no Plano.

4.4. Deve ser mantida a ação que nosso Sindicato Nacional sempre teve junto ao Congresso Nacional, inclusive no sentido de que nele se aprofunde a discussão sobre o significado das medidas provisórias, e decretos anexos, combatendo a tendência a simplesmente "reconstitucionalizá-las", o que significaria a rendição do Legislativo à política governista do Plano Collor. Essa mesma condição estaria presente na atitude do próprio Judiciário, aceitando a determinação ditatorial do Executivo que suspende a concessão de liminares.

4.5. Criar comitês municipais/regionais/estaduais, de entidades democráticas da sociedade civil.

4.6. Manter mobilizados os arbitrariamente demitidos e os dispostos a níveis do serviço público e privado, cadastrando-os e exigindo emprego e função compatíveis com sua profissão.

4.7. Apoiar a luta de resistência dos trabalhadores de órgãos/empresas públicas extintas ou privatizadas arbitrariamente.

4.8. Exigir que as matérias sobre extinção e privatização de órgãos/empresas públicas sejam tratadas como Projeto de Lei e não como MP ou Decreto.

4.9. Criar um banco de dados centralizado pela CUT, sobre arbitrariedades, demissões imotivadas e/ou atentados à liberdade, à cidadania e à vida e também o registro das ações do movimento dos trabalhadores.

4.10. Produzir cartaz nacional da campanha e boletins unitários; promover debates, discussões etc., sobre o Plano e seus efeitos.

4.11. Dia Nacional de Luta e solidariedade aos arbitrariamente demitidos, organizado nacionalmente pela CUT.

4.12. Participar do Dia Nacional de Luta pela democratização dos meios de comunicação, que será realizado em 26 de abril (aniversário da Rede Globo).

4.13. Convocar um Tribunal Nacional de julgamento público do pacote.

Brasília, 26 de março de 1990.

**3. POLÍTICA DE PRIVATIZAÇÃO, REFORMA ADMINISTRATIVA: CONSEQUÊNCIAS SOBRE A UNIVERSIDADE BRASILEIRA**

As Medidas Provisórias e os Decretos Administrativos denotam a visão governamental sobre as relações do Estado com o servidor e com o público: uma autocrática unilateralidade que impõe comportamento acríptico ao servidor, a extinção de compromissos com a sociedade, a contenção de recursos para as atividades remanescentes e a demissão de grandes contingentes de trabalhadores, inclusive públicos, num flagrante desrespeito à cidadania e aos direitos trabalhistas.

A edição das medidas provisórias e decretos administrativos é a expressão perfeita desta política deliberada: hoje extinguem diversos órgãos (MP 150); promovem mudanças estruturais nos que restam (MP 151) ou mudam a relação entre outros (MP 152), amanhã outros mais serão atingidos; reprimem (MP 159), demitem (MP 163) e contêm despesas (DA 99.178/183/187/193), sem qualquer consulta às instituições e à sociedade; por fim formulam programa de "desestatização" (privatização) (MP 155), criam "certificados" de privatização (MP 157), "desregulamentam" para favorecer a iniciativa privada (DA 99.179), omitindo o verdadeiro objetivo, isto é, possibilitar ao grande capital nacional e internacional, o acesso à economia e às empresas públicas. Tal maquiavelismo político não passa despercebido aos setores da sociedade comprometidos com a Nação e o bem público que, além da denúncia à edição do pacote, podem prever, com segurança, as futuras medidas governamentais.

Tal projeção antevê a desnacionalização do país, não só de sua economia, mas de seu desenvolvimento científico e tecnológico e do seu processo educacional. Uma política industrial desnacionalizante que comprometerá a Ciência e a Tecnologia nacionais, aumentando o grau de dependência do país, via privatização das Universidades e Instituições de Pesquisa Pública.

Essa política pode vir a ser formulada tanto a partir do MEC, como a partir da Secretaria de Ciência e Tecnologia, em sua prometida política de formação de "laboratórios associados" com verbas captadas junto ao BIRD ou no setor privado nacional e internacional. Essa política porá em execução os princípios do projeto GERES, de criação dos centros de excelência que monopolizarão as verbas de pesquisa, deixando as demais instituições de ensino superior no papel de escalões de 3º grau.

Os "grupos de pesquisa e excelência" são na verdade um meio para vincular de modo mais estreito a produção do conhecimento às necessidades de expansão do capital. Daí a proposta de que as instituições públicas busquem, em "outras fontes", recursos para suas pesquisas. Este mesmo capital prevê a neutralização do potencial crítico da produção do conhecimento, concebendo-a como formadora de um imenso banco de dados a serviço do empresário.

Através das Medidas Provisórias e Decretos Administrativos o governo compromete a democracia na Universidade e a sua autonomia, atropelando os projetos que estão sendo discutidos pela sociedade e em tramitação no Congresso Nacional (RJU e LDB).

A MP 159 (Normas de conduta dos Servidores Públicos e Federais), de caráter exclusivamente punitivo, cerceia a liberdade de expressão, o direito de sindicalização, impõe ao servidor comportamento subserviente e despreza toda a discussão sobre o Serviço Público travada em função do estabelecimento do Regime Jurídico Único - uma disposição constitucional.

O Decreto-Administrativo 99.180 (onde se estabelecem os poderes do Conselho Federal de Educação) atribui ao CFE funções que violentam a autonomia da Universidade preconizada na Constituição. Pelo Decreto, caberá ao Conselho deliberar sobre o reconhecimento das Instituições de Ensino Superior, seus estatutos, regimentos e normas, sobre a política de pós-graduação e capacitação de docentes das Universidades, sobre a cobrança de taxas e emolumentos por estas instituições e, o que é mais grave, poderá promover a suspensão da própria autonomia da universidade, ignorando o já longo processo de debate a respeito da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também em tramitação no Congresso Nacional.

Aproveitando-se dos justos anseios de mudança e do sentimento de esperança do povo brasileiro, que também são nossos, bem como apoiado numa propaganda espetacular da mídia eletrônica, o novo governo lança seu primeiro pacote, conhecido como "Plano Collor". Enquanto entidade sindical, representando mais de 50 mil docentes do ensino superior de todo o país, cabe-nos o dever de nos dirigir à população em geral e à comunidade universitária, em particular, para expor nossa análise sobre o real significado do pacote de Collor:

**1. O NOVO ESTADO**

A reforma administrativa de Collor revela a profundidade das pressões do seu Plano. O Estado é redimensionado para atender às novas exigências do grande capital e seu atual projeto de expansão. Para isto, contraria a própria Constituição na forma e no conteúdo das medidas aplicadas. É dado ao Estado um caráter centralizador, policialesco, interventor no processo social e político e hierarquicamente verticalizado. Apesar de "enxugado" pela extinção de empresas e pelas privatizações, agora o Estado assume, com maior descaramento, o papel de interventor das classes dominantes no processo social.

A propaganda da reforma administrativa propala que o Estado pagaria a ser conduzido por princípios de probidade e eficiência, na medida da redução de seu tamanho. A salvação residiria num futuro Estado "minimal" (reduzido). Assim, o Estado se tornaria um vetor de modernização e de integração do Brasil ao "capitalismo neo-liberal" que se consolidaria em todo mundo.

Na verdade, apesar da retórica, a concepção de Estado presente no Plano não traz novidade nem ruptura quanto à presença daquele como instrumento de expansão do grande capital e da internacionalização da economia brasileira.

O Projeto neo-liberal para a economia prevê um reajuste nas funções desempenhadas pelo Estado. Em décadas anteriores, o Estado teve a função de preparar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento industrial, atuando diretamente, depois, em setores vitais e bastante lucrativos - como nos setores de telecomunicações, petroquímica e energia. A ditadura militar acentuou a vinculação desse desenvolvimento do setor estatal da economia com o projeto de acumulação do capital internacional, esvaziando as ações do Estado em seu caráter de serviço público. Isto resultou num sucateamento programado de diversos setores essenciais desses serviços que, dessa forma, se abriram à expansão do setor privado e, sucateados, constituíram a imagem de um Estado ineficiente, perdulário e clientelista.

Essa imagem foi largamente explorada pela mídia, em sucessivas campanhas de "desestatização". O Projeto neo-liberal que, no Brasil, já está em curso desde o período final da ditadura militar exige, agora diretamente para os grandes capitais privados, áreas antes reservadas à gestão do Estado.

As estatais deficitárias e os institutos cartoriais como o IBC são cortinas de fumaça por onde se pretende privatizar empresas como a Petrópolis, quinta empresa do país por lucro líquido em 89 e a Portobrás, que controla os portos do país. Estes dois exemplos expõem a falsidade dos critérios de privatização propagandeados pela mídia e revelam a amplitude do que realmente está sendo privatizado.

O que está em jogo no Plano Collor é o reaparelhamento do Estado para o cumprimento de sua função de garantir a expansão do capital. O Estado continua a exercer seu papel de mediação de relações entre Capital e Trabalhador no Brasil, com o falso discurso de "harmonia" e "colaboração", de modo que, nesta relação, o segundo permaneça subordinado aos interesses do primeiro. Assim, o Plano Collor representa um ajuste do Estado a um novo estágio de suas funções básicas.

Entretanto, o ajuste nas funções do Estado proposto pelo Plano Collor não é superficial. Ele prepara a abertura definitiva do Brasil ao grande capital internacional. Este é, na verdade, o preço a pagar pela negociação parcial do pagamento da dívida externa, cuja manutenção nos termos previstos poderia tornar o próprio capitalismo inviável no país.

O Plano, portanto, prevê um Estado que se retrai enquanto agente econômico direto, mas esta retração vem acompanhada de uma concentração de poderes que transforma o Executivo numa autocracia fechada em torno da figura do Presidente da República e com amplos poderes de intervenção na própria economia. A pretensão de enxugar a máquina administrativa do governo federal, o Plano Collor abre um confronto com a Constituição recém-aprovada, elimina qualquer possibilidade de controle das ações do Governo pela sociedade civil, rompe com qualquer proposta de instalar um verdadeiro equilíbrio entre os poderes.

O Plano equivale a um Ato Institucional nº 5 expandido.

Se não há ruptura, mas ajuste, do ponto de vista das funções do Estado no plano econômico, o caráter dramático desse ajuste impõe aquele confronto no plano institucional.

O esvaziamento da ditadura militar abriu, sem dúvida, espaços para aumentar a participação do movimento social organizado na política do país, aliado ao avanço da capacidade de organização das forças populares. Essa situação se refletiu na Constituição que, mesmo dentro de suas limitações evidentes, produziu avanços em termos de democratização. O Plano Collor revela a impossibilidade da convivência entre as próprias estruturas democrático-burguesas e o brutal processo de exploração e acumulação levado a cabo nos países periféricos como o Brasil. Seu impacto econômico, com a recessão que prevê e a necessária política de concentração de renda contida em sua visão monetarista e sua acomodação aos princípios do FMI - exige uma concentração policial das funções de poderes e a preparação de um executivo fortíssimo, ambos previstos no decreto que define a estruturação dos ministérios.

Cabe lembrar que continua pairando, embora dissimulada, a tutela militar sobre os poderes de Estado. O art. 142 da Constituição atribui às Forças Armadas "... a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem". Sem esclarecer o que é "ordem". O novo governo já demonstrou subserviência ao poder militar, quando recuou de sua proposta de criação do Ministério da Defesa, quando nomeou em primeiro lugar os ministros militares e, recentemente, quando, no decreto da Reforma Administrativa, excluiu os ministérios militares de qualquer modificação. O afinamento Collor-poder militar nos coloca como não descartável o uso das Forças Armadas para repressão aos movimentos organizados. O pacote exige "lealdade" do servidor ao Estado e ao governante - seu caráter de servidor do público desaparece atrás de sua função de executor (medida provisória 159) de uma política imperialmente determinada. A encenação policial e intimidatória que acompanhou a emissão das medidas provisórias, além de tentar uma imagem favorável junto à opinião pública, quando leva à cadeia donos de supermercados e gerentes de bancos, visa, também, a curto prazo, criar condições para a intimidação e repressão dos próprios movimentos sociais organizados - em particular os movimentos de trabalhadores - quando estes sentirem o montante da conta devida dos ajustes na economia.

Este conjunto de medidas exige, do nosso movimento, além de um repúdio vigoroso, uma crítica fundamentada, constante, e ações precisas na direção de preservar os espaços democráticos obtidos na gestão do Estado e os avanços conseguidos até aqui, mesmo se poucos e limitados. Só assim haverá, a curto e médio prazo, condições para que os trabalhadores possam continuar a desenvolver sua organização e a construção de um projeto alternativo que aponte para uma efetiva democratização social no país.

## 2. A QUESTÃO ECONÔMICA E SOCIAL

A pretensão de acabar com a inflação e promover a retomada do crescimento econômico, o Plano provoca, a curto prazo, a recessão da economia através de redução drástica de liquidez.

O golpe nos salários médios deu-se através do confisco imediato feito pelo empréstimo compulsório de grande parte dos depósitos nas cadernetas de poupança, e outras aplicações no mercado aberto, que tinham como objetivo, para os assalariados, diferentemente dos especuladores, proteger seu poder de compra da corrosão inflacionária.

A Medida Provisória nº 154, que representa a nova política salarial, provoca, de imediato, perdas em relação à política anterior, na medida em que expurga a inflação ocorrida entre 15 de fevereiro e 30 de março, sem prever nenhuma forma de reposição. Deixa, ainda, para negociação direta com a classe patronal, perdas futuras que deverão advir sempre que a pré-fixação do reajuste salarial for inferior à taxa de inflação do período considerado, o que é inaceitável num contexto de recessão, onde a luta em defesa do emprego sobrepõe-se à luta pela recuperação das perdas salariais.

É suspeito que um plano que prega a punição do capital esteja merecendo amplo apoio do grande empresariado, nacional e estrangeiro, como também do FMI. A bem da verdade, o plano acaba protegendo o grande capital na medida em que:

- no confisco do capital foi atingido apenas o ativo financeiro destinado ao giro do capital, o que, para grandes empresas, não tem o mesmo significado que possui para o pequeno e médio empresário, pois este não dispõe de grandes reservas monetárias. Apenas para se ter uma idéia, o capital confiscado foi da ordem de 80 bilhões de dólares, enquanto que o capital intocado chega a 15 trilhões de dólares, estando nas mãos das grandes empresas;

- o mecanismo da recessão cria no país condições propícias a novos investimentos do capital estrangeiro, face à massa de trabalhadores desempregados que se transforma em grande oferta de mão-de-obra barata, ao sucateamento do parque industrial brasileiro e à desvalorização do cruzado a curto prazo, ensejada pela liberação da cotação do dólar;

- os certificados de privatização, por sua própria filosofia, constituem instrumentos de concentração de renda.

Como se vê, o Plano Collor, na sua estrutura, além de concentrador é anti-nacional, já que promoverá falência da micro e pequena empresa, o sucateamento da média empresa, além da privatização e negociação da dívida externa em favor da intensificação da presença do capital estrangeiro no Brasil.

A divulgação e implementação do Plano Collor vem sendo acompanhada de intensa propaganda, resgatando as promessas de campanha. No entanto, o seu "grande" projeto de governo não contempla a "Revolução Agrária", tão prometida no seu discurso de campanha, assim como o enfrentamento com os banqueiros internacionais na questão da dívida externa.

O não tratamento imediato da dívida externa indiretamente concorda com seu crescimento no tempo, o que a curtíssimo prazo onera sobre maneira a já debilitada economia brasileira.

Quanto à Reforma Agrária, por não ajustar-se à filosofia central do plano, jamais será implantada pelo governo Collor, constituindo-se em mais uma retórica de campanha eleitoral.

As medidas que compõem o pacote pouco se referem à questão rural. Excetuando-se a MF 167 que altera a legislação rural e dá outras providências, o plano Collor não aponta nenhuma providência para as políticas agrícola e agrária, podendo, com isto, tirar cada vez mais o homem do campo. Isto se dá ao taxarem-se os resultados da agricultura, pecuária, da extração, e exploração vegetal e animal, que, na grande maioria, são atividades dos proprietários de médio e grande porte e ao se dar igual tratamento às atividades de apicultura, avicultura, cunicultura, sericultura e a piscicultura, essas típicas dos pequenos produtores.

Finalmente, o pacote na área rural beneficia o grande latifúndio, principalmente o improdutivo, pois não taxa a terra usada para a especulação, penaliza a produção e não aponta nenhum caminho para a questão fundiária no sentido de efetivar a redistribuição da terra através de uma reforma agrária feita democraticamente, com a participação de toda sociedade.

# urgente

# 2

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFPA/JOÃO PESSOA-PB

# ADUFPB JP

MAIO DE 1990.

**Organizar,  
resistir,  
avancar**

## PLENÁRIA DOS SERVIDORES

Com 19 entidades nacionais presentes e 62 locais, realizou-se no dia 19 de maio no Rio de Janeiro, a 3ª Plenária das estaduais. Havia cerca de 200 delegados/observadores. FOI APROVADO O SEGUINTE CALENDÁRIO:

- 23 de maio - DIA NACIONAL DE LUTA.
  - Até 28 de maio - assembléias das categorias.
  - 29 de maio (14h)- reunião forum SPF/Estaduais
  - 30 de maio - plenária nacional do movimento sindical para deliberar sobre indicativo de greve para a primeira quinzena de junho.
- Foi aprovada proposta de indicativo de greve para os SPF/Estaduais para o dia 6 de junho.
- A ANDES/SN absteve-se na votação do indicativo de greve por não ter sido deliberado o encaminhamento de greve na reunião do setor.

## REUNIÃO DOS REITORES E DIRETORES DAS IFES NO CRUB:

Os Reitores e dirigentes das IFES reuniram-se no dia 13/5, em Brasília. Na parte da manhã, o Presidente da ANDES-SN participou da reunião, entregando cópia do manifesto "EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA" (publicado na F.S. Paulo, pag. de Educação, 23/5) e reafirmando os seguintes pontos: a necessidade de resistência a demissões e cortes de recursos. Sob hipótese alguma pode ser feita a dissolução de recursos orçamentários no governo.

Portanto, sob o ponto de vista de cortar pessoal ou recursos, não há contraproposta a fazer ao governo.

Segundo informações colhidas entre reitores, duas propostas de encaminhamentos foram a voto: a minoritária (14 votos) encaminhava para a discussão nos colegiados das IFES uma sugestão concreta dos elementos que poderiam ser cortados. A majoritária (15 votos) propunha encaminhar todas as posições vindas das IFES para rediscussão nos colegiados e acrescentar a necessidade de ampla discussão com tempo adequado sobre autonomia, avaliação e questões concretas como FC, FG, jetons.

PROFESSOR, PARTICIPE!

Ensino público e gratuito: Direito de todos, dever do Estado.

ADUFPB JP.

## AD'S FEDERAIS : REUNIÃO

A Reunião das AD's das IFES realizou-se no Rio de Janeiro, no último dia 18 de maio.

Participaram 36 AD's. 26 já tinham realizado assembleias, com expressivo grau de participação.

### PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES

#### 1. APROVADO TEXTO "EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA".

2. Deflagrado estado de alerta/mobilização contra cortes pessoal/verbas e pela atendimento das reivindicações do setor. Estratégia: Construir amplo arco de alianças no campo da Universidade, do serviço público, no campo dos trabalhadores em geral, com a sociedade civil organizada, com setores sociais que se identificam com a defesa da educação pública, mediante:

3. Instalação de Assembleias permanentes e Comissões de mobilização das AD's-SSIND.
4. Ampla campanha de esclarecimento/denúncia à comunidade: realizar debates, atos manifestações, etc. em defesa da escola pública, usar ao máximo meios de comunicação.
5. Articular foruns locais e nacional em defesa da escola pública;
6. Articular luta (nível local e nacional) com funcionários, estudantes,
7. Atuar junto ao Congresso, Assembleias Legislativas, e Câmaras Municipais, solicitando manifestações, pronunciamentos, moções, sessões especiais, etc,
8. AD's-SSIND devem contactar reitores e

conselhos das IFES, exigindo engajamento efetivo na luta contra cortes, com pronúncias públicos etc,

9. Rejeitar qualquer processo de levantamento sumário da situação das IFES, desvinculado da avaliação institucional dista da com a comunidade universitária,

10. Em hipótese alguma acatar propostas de cortes e qualquer espécie (redução de salários, demissões, etc) a título de contraproposta ao governo;

11. 23 de maio DIA NACIONAL DE LUTA EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA: instalação foruns ou comitês em defesa da escola pública; realizar atos/manifestações, distribuir nota etc.

Publicação nota paga na imprensa nacional.

Realização assembleia após reunião CRUB (23 maio) para avaliação e encaminhamentos a plenária SPF/Estatais e CONAD.

12. LDB: Manter plantão representantes AD's -SSIND radígio em Brasília a partir 22/maio, início votação LDB.

1ª SEMANA: ADUFPB-JP, ADUFC, ADUFEPE e ADUFRGS.

13. RJU/DPC: Enviar telegramas membros Comissão alianças, especialmente Francisco Dornelles (Presidente Comissão) visando acelerar votação projetos lei 4058 e 4059.

OBS: Dep. Irma Passoni denunciou que Ministra Zélia teria telefonado a Francisco Dornelles, solicitando retenção projetos RJU/DPC.

#### NOVA REUNIÃO DO SETOR:

No dia 29 de maio, em Aracaju, antecedendo o XXI CONAD, haverá nova reunião do setor das federais. Na pauta: ameaça de cortes de verbas/pessoal, avaliação do indicativo de greve e encaminhamento para plenária SPF/Estatais.

#### AValiação DA ANDES: É altamente preocupante que uma proposta indicando itens de

cortar possível nas IFES, embora minoritária, tenha obtido 14 votos no CRUB. Indica uma tendência em ceder à pressão para redução de gastos.

Todas as IFES têm problemas: prédios mal conservados, equipamentos e laboratórios deficientes, bibliotecas desatualizadas, leitos hospitalares desativados, contas a pagar.

Na greve de 89, o MEC reconheceu parte desses problemas ("as necessidades reais") e quantificou-as. Mas deixou de aplicar 2 bilhões de cruzados novos só em 89. O número indica o volume de recursos necessários a mais só para manter o funcionamento das IFES.

Em greves anteriores apontamos um caminho para o movimento: denunciemos a GRIPE-Gratificação Individual por produtividade de ensino, exigimos extinção de FC e jetons, reivindicamos a redução das FG's, denunciemos o não cumprimento da dedicação exclusiva. Exigimos sempre que os recursos provenientes dessas reformas internas fossem transferidas para OCC- outros custeios e capital. Jamais devolvidos no governo.

Precisamos por outro lado, mais recursos para expandir serviços públicos nas IFES.



**CÉDULA ELEITORAL**  
**ANDES - SINDICATO NACIONAL**

**CHAPA 1 ANDES-AD**

**Executiva Nacional**

Presidente - Carlos Eduardo Baldijão (USP)  
1º Vice-Presidente - Paulo Rizzo (UFSC)  
2º Vice-Presidente - Marco Antonio Sperl de Faria (UNIMEP)  
Suplente da Presidência - Natanael Rohr da Silva (UFPb)  
Secretário Geral - Luiz Paiva Carapeto (UFPelotas)  
1º Secretária - Edilamar Rezende (UFU)  
2º Secretária - Roberto Lopes de Albreu (UERJ)  
Suplente da Secretária - Rosemary Conty (UFC)  
1º Tesoureiro - Sylvio Quezado de Magalhães (UnB)  
2º Tesoureiro - Edna Maria Alves Valim (FMTM)  
Suplente de Tesouraria - Dan Oliveira Santana (UNEB)

**Diretorias Regionais**

*Regional Rio Grande do Sul*

Vice Pres. Regional - Leda Gobet (UFRGS)  
Suplente - Valter de Almeida Freitas (UFRGS)  
Secretária Regional - Maria Antonieta Lavoratti (FURG)  
Suplente - Berenice Corsetti (UFMS)  
Tesoureiro Regional - Marino Ledur (PUC-RS)  
Suplente - José Plínio G. Fachel (UFPelotas)

*Regional Sul*

Vice Pres. Regional - Milena Martinez (UFParaná)  
Suplente - Zelmá Tomazi (UEL)  
Secretária Regional - Doroti Martins (UFSC)  
Suplente - Luiz Carlos Bruschi (UEL)  
Tesoureiro Regional - Marco Aurélio da Ros (UFSC)  
Suplente - Berenice Quinzani Jordão (UEL)

*Regional São Paulo*

Vice Pres. Regional - Américo A.F.S. Kerr (USP)  
Suplente - Lúcia Helena Lodi (UNESP)  
Secretária Regional - Géria Montanari Franco (UFScar)  
Suplente - Eduardo Cotechia Ribeiro (EPM)  
Tesoureiro Regional - Tania Maria Alkmin (UNICAMP)  
Suplente - Lineu Carlos Maffezoli (UNIMEP)

*Regional Rio de Janeiro:*

Vice Pres. Regional - Maria da Glória R. da Silva (USta.Ursula)  
Suplente - Alice Helga Werner (UFF)  
Secretária Regional - Índia Maria Borba (UFRJ)  
Suplente - Joice G. Passos (Fac. Integr. Estácio de Sá)  
Tesoureiro Regional - Silvio Augusto Mehry (UNIRIO)

Suplente - Francisco Bernardo Karam (UFRJ)

*Regional Leste*

Vice Pres. Regional - Elias Antônio Jorge (UFMG)  
Suplente - Maria Ignez Pfister (UFES)  
Secretário Regional - Paulo Roberto Bassoli (UFJuiz de Fora)  
Suplente - José Astolfo Lopes de Souza (UFJuiz de Fora)  
Tesoureiro Regional - Benjamin de Alacida Mendes (UFViçosa)  
Suplente - Solange Bretas (UFU)

*Regional Centro-Oeste:*

Vice Pres. Regional - Izaias Pereira da Costa (UFMS)  
Suplente - Nivaldo Antônio Nogueira David (UFG)

*Regional Nordeste I*

Vice Pres. Regional - Raimundo Moacir Feitosa (UFMA)  
Suplente - Maria Hercília Mota Coelho (UFortaleza)  
Secretário Regional - Acácio Salvador Vêras e Silva (UFPIauf)  
Suplente - Elizabeth Maria Bezerra Coelho (UFMA)  
Tesouraria Regional - Francisco Laerte Juvêncio Magalhães (UFMA)  
Suplente - Ciro Nogueira Filho (UFCE)

*Regional Nordeste II*

Vice Pres. Regional - Semadã Ribeiro (UCPe)  
Suplente - Maria Cristina de Moraes (UFRN)  
Secretaria Regional - Zenilde Moreira de Moraes (UFRPe)  
Suplente - Leoncio Camino (UFPB)  
Tesouraria Regional - Roberto de Araújo Faria (UFPE)  
Suplente - Maria do Socorro Xavier Batista (UFPB)

*Regional Nordeste III*

Vice Pres. Regional - José de Souza Leão (UFAI)  
Suplente - Pasqualino Romano Magnavita (UFBA)  
Secretaria Regional - Rômulo Andrade Rocha (UESB)  
Suplente - Arivaldo Montalvão Filho (UFS)  
Tesouraria Regional - Erinalva Medeiros Ferreira (UFAI)  
Suplente - Rossini Cerqueira da Cruz (UFFeira de Santana)

*Regional Norte*

Vice Pres. Regional - Edilza Joana Fontes (UFPA)  
Suplente - Noval Bonaion Mello (UFAM)

**boletim**

**2**

**MAIO /1990**

especial DO CONSELHO CONSULTIVO DAS AD's  
ADUFPB-JP - ADUFPB-CG - ASPEC

**HENFIL VIVE!**  
HOMENAGEM DA CHAPA ANDES-AD

**ELEIÇÕES ANDES-SN**  
(Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior)

**8,9 e 10 de maio de 1990**

UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA, AUTÔNOMA, DEMOCRÁTICA, CRÍTICA E DE QUALIDADE. INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO E PESQUISA. VERBAS PÚBLICAS PARA O ENSINO E SAÚDE PÚBLICOS. CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO E DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO. CONTRA OS MÉTODOS TECNOCRÁTICOS DE CONTROLE DA VIDA ACADÊMICA. POR UMA AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE E DO NOSSO TRABALHO QUE SEJA UMA RETROSPECTIVA CRÍTICA E SOCIALMENTE CONTEXTUALIZADA. ENFRENTAMENTO DO CAPITAL E DAS VIOLÊNCIAS CONTRA O MOVIMENTO DOCENTE NO SETOR DAS PARTICULARES. ENSINO PÚBLICO E GRATUITO EM TODOS OS NÍVEIS. CONSOLIDAÇÃO DO SINDICATO NACIONAL AUTÔNOMO E DEMOCRÁTICO. CONSTRUÍDO PELO MOVIMENTO DOCENTE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRA...

**VOTE ANDES-AD!**

## PREPARANDO AS ELEIÇÕES DA ANDES-SN

Nos últimos dias 03 e 04 de maio, fechando o ciclo de debates nas Universidades do Nordeste, esteve entre nós o candidato à presidência da ANDES-SN, prof. CARLOS EDUARDO BALDIJÃO. Cumprindo a programação da Chapa ANDES/AD, Autônoma e Democrática, o prof. BALDIJÃO debateu com docentes dos campi de João Pessoa, Campina Grande e Cajazeiras o programa de trabalho que a Chapa pretende desenvolver à frente da diretoria da ANDES-SN no biênio 90/92.

Da chapa participam alguns professores da UFPB: Natanael Rohr, do CCEN-JP, suplente da presidência; Leôncio Camião, CCHLA-JP, suplente da secretaria regional e Socorro Xavier, do campus de Cajazeiras, suplente da tesouraria regional. A professora SEMADÁ RIBEIRO, da Universidade Católica de Pernambuco, é a candidata à vice-presidência regional.

Nos debates nos três campi discutiu-se o atual momento político brasileiro, face às últimas medidas do governo. Também foram avaliadas as repercussões, a curto, médio e longo prazos, dessas medidas para a Universidade e examinadas as propostas do Movimento Docente para resistir às tentativas de destruição da Universidade Pública, contidas em algumas medidas do governo.

Eis algumas questões e conclusões que resultaram dos debates:

A) O caráter recessivo e anti-democrático do plano Collor atinge frontalmente a classe trabalhadora brasileira, nas suas condições objetivas de vida: salário, emprego, moradia, educação dos filhos etc.

B) A Universidade Pública é fortemente atingida e ameaçada na sua autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial, quando:

1 - reaparecem propostas de formação de Centros de Excelência, via criação de laboratórios associados nas "grandes" Universidades do eixo sul, o que

resultará na conseqüente transformação das demais em colégios de 3º graus. É bom lembrar que propostas deste tipo já foram tentadas em governos anteriores, contando com o mais amplo repúdio do Movimento Docente, que sempre tem defendido um padrão único de qualidade para a Universidade brasileira.

2 - abre-se a possibilidade de intervenção do CFE nas Universidades, mesmo quando já conquistamos o direito democrático de elegermos os dirigentes universitários.

3 - promovem-se cortes cada vez maiores nas verbas de manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão, fruto de uma visão absolutamente autoritária, equivocada e alheia às necessidades mínimas para produção e transmissão de conhecimento. Recolhem-se veículos que são usados nessas atividades, numa atitude de falso moralismo, numa prova de que as reitorias das universidades públicas não sabem administrar a autonomia de que dispõem.

Nos debates discutiu-se ainda uma questão fundamental, que é a avaliação do trabalho acadêmico e da universidade, propondo-se que ela deve ser crítica e socialmente contextualizada, em contraposição ao quantitativismo estéril de um projeto divorciado das necessidades sociais. Defende-se ainda uma avaliação baseada em critérios estritamente acadêmicos, levando em conta atividades de ensino, pesquisa e extensão.

## CONSELHO CONSULTIVO DAS AD's

No último dia 04/05, realizou-se em Cajazeiras a segunda reunião do Conselho Consultivo das entidades docentes, neste ano. Na pauta, a preparação das AD's para a eleição da ANDES-SN, informações sobre a transformação das AD's em seção sindical (todas em andamento), preparação para o próximo CONAD (com a decisão de levar a Aracaju uma boa representação das três AD's), e a questão da autonomia e democracia das Universidades Públicas. Este último tema mereceu uma discussão mais demorada, ficando acertado que cada AD irá preparar um dossiê sobre as questões que envolvem autonomia e democracia na UFPB, a começar pela própria situação em que se encontra a UFPB, no que diz respeito ao estatuto. Na próxima reunião do Conselho Consultivo, em Campina Grande, será analisado o dossiê e como ele virá a ser discutido.

# ADUFPb JP

# urgente

RELATO DA ÚLTIMA REUNIÃO DO CRUB

## A ADUFPb-JP E A AMEAÇA À UNIVERSIDADE PÚBLICA

*No esforço de manter informada e mobilizada a categoria docente, a ADUFPb-JP repassa aos professores o relato da última reunião do CRUB, realizada no dia 23 de maio, e divulga o pronunciamento levado ao Conselho universitário, no dia 29 de maio, fruto da consolidação de propostas da última Assembléia Geral, do dia vinte e cinco.*

ADUFPb-JP

Associação dos Docentes da  
Universidade Federal da Paraíba

*Organizar,  
resistir,  
avancar*

ADUFPb.JP

*Organizar,  
resistir,  
avancar*

**3**

29/MAIO/1990.

ra Outros Custeios e Capital -OCC. As distorções que persistem têm que ser identificadas e corrigidas. Para tanto, porém, não há necessidade de Medidas Provisórias. A correção de distorções não pode se constituir em contra-proposta da Universidade à postura intervencionista do governo. Têm que ser eliminadas.

O movimento docente rejeita um levantamento sumário, com o objetivo de oferecer ao governo subsídios para cortes, onde já não é mais possível cortar, sem destruir. O que o movimento docente tem defendido é uma criteriosa avaliação institucional da Universidade, com a participação de toda a comunidade, com ampla transparência, tendo como objetivo melhorar o seu padrão de ensino, pesquisa e extensão. No que diz respeito ao trabalho docente, por exemplo, a ANDES-SN, em documento de 1986 ("Proposta das Associações Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira", Cader nos ANDES, nº 02), consolidando posições discutidas desde 1982, propõe que ele seja "avaliado sistematicamente, a partir de critérios definidos de forma pública e democrática, não só para se defender da tutela estatal e da influência do capital, mas também de qualquer esquema de privilégios corporativos da categoria".

É sem dúvida um dado importante o fato de o CRUB, por unanimidade, ter rejeitado, em sua última reunião do dia 23 de maio, as demissões nas Universidades. Mas não deixa de ser preocupante que diversas propostas tenham sido arroladas como possibilidades de cortes nas verbas de pessoal.

Ao reafirmar sua firme disposição de luta em defesa de uma universidade pública, gratuita e de qualidade, a ADUFPb-JP entende que o Conselho Universitário deve adotar posições inequívocas e firmes, a serem levadas ao CRUB, no sentido de não aceitar negociar a sobrevivência mesma da Universidade.

Nesta direção, entende a ADUFPb-JP que o Conselho Universitário encaminhará, através do Reitor, para a reunião do CRUB no próximo dia 30 de maio, propostas concretas, consolidando posições da UFPB:

1. Reafirmação, por parte das IFES, do posicionamento intransigente em torno da autonomia universitária;
2. Uma firme e clara recusa pública em adotar quaisquer procedimentos que levem a demissões, reduções de salários de docentes e servidores técnico-administrativos e reduções de recursos destinados a pessoal;
3. Não-aceitação da já anunciada ameaça de não-suplementação de verbas, como sanção ao exercício da autonomia universitária;
4. Exigência de repasse imediato das verbas necessárias ao adequado funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior.

Tais posições consolidarão, assim entendemos, a luta por uma Universidade pública, gratuita e de qualidade.

## A ADUFPB-JP E A AMEAÇA À UNIVERSIDADE PÚBLICA

A ADUFPB-JP reafirma a posição que historicamente tem assumido em defesa intransigente da autonomia da Universidade Pública, conquista que teve no movimento docente um de seus mais importantes artífices.

A autonomia universitária, inscrita na Constituição de 88, permite-nos uma posição privilegiada na luta de resistência hoje em preendida pelo conjunto dos servidores públicos federais e dos trabalhadores nas empresas estatais, em defesa do serviço público. A mobilização permanente dos setores organizados das Instituições Federais de Ensino Superior oferece uma sólida resistência às investidas do governo contra a educação pública.

Os Conselhos Superiores desta Instituição, no último dia 17 de maio, ao tornarem seu o documento elaborado pelas Associações Docentes, manifestaram a compreensão de que as demissões e os cortes de verbas no serviço público federal inserem-se na lógica privatista do governo Collor. A ameaça de demissões e cortes na Universidade é parte da estratégia, há muito montada, de asfixiamento das Instituições Federais de Ensino Superior. Sua concretização viria acarretar prejuízos irreparáveis. Rejeitando qualquer forma de negociação, que implicasse em cortes, os Conselhos deram uma prova de sintonia com a comunidade universitária.

Há longos anos, a Universidade Pública vem sofrendo cortes nas verbas destinadas à sua manutenção. Temos denunciado, à exaustão, o processo de sucateamento a que vem sendo submetidas as IFES: prédios mal conservados, equipamentos e laboratórios deficientes, bibliotecas desatualizadas, leitos hospitalares desativados, são apenas alguns exemplos. Não há mais o que cortar.

Os salários dos servidores públicos, como de resto os do conjunto dos trabalhadores, sofrem verdadeiros atentados a cada "Plano" governamental. É preciso registrar que o Plano Collor revogou a política salarial existente, impôs perdas ao não considerar a inflação passada, quando do lançamento do pacote a 16 de março e, a pretexto de uma falsa "inflação zero", congelou o salário do funcionalismo público. A inflação não foi vencida, os salários se desvalorizam a cada dia. Também aí nada há a cortar. Pelo contrário, é preciso lutar, desde já, pela reposição das perdas já acumuladas.

Ao tomar uma posição clara contra as demissões e os cortes de verbas, o movimento docente não quer negar haver distorções nas Universidades. Temos insistido na eliminação da acumulação de cargos, lutamos pelo fim dos chamados professores fantasmas, temos clamado por transparência na administração da coisa pública. Temos posição firmada sobre a eliminação de funções comissionadas e redimensionamento criterioso das funções gratificadas, remanejando-se os recursos correspondentes pa-

### RELATO DA REUNIÃO DO CRUB DE 23/05/90

1. A totalidade das IFES é contra os cortes de pessoal ou de salários propostos pelo governo federal, por considerar que afetam profundamente a autonomia universitária e a qualidade das atividades.

2. Medidas lineares bruscas e embasadas meramente em imperativos econômicos, sem avaliação consistente e sem levar em conta especificidades e multiplicidade de projetos, levarão essas instituições impreterivelmente ao colapso.

3. A aplicação pura e simples da LDO e a implantação do Regime Jurídico Único por si só são mecanismos que levarão a sensíveis reduções de gastos com pessoal.

4. Em sua grande maioria, as IFES decidiram continuar as negociações com o MEC, apresentando contra-proposta até 11 de junho.

Essa negociação só será efetiva da uma vez, respeitados os princípios:

A) Não às demissões e à redução de salários;

B) Respeito à autonomia universitária;

C) Atividades-fim devem ser preservadas;

D) A negociação deve ter diretriz geral mas qualquer operacionalização só pode ser feita caso a caso;

E) Medidas mais amplas de racionalização de recursos só podem ser feitas a partir de uma avaliação sistemática e compatível com a complexidade das IFES, o que deverá ser feito independentemente da atual conjuntura econômica;

F) Respeito à Constituição, à legislação trabalhista e à Isonomia Salarial nas IFES;

G) Respeito à relevância social dos Hospitais Universitários e unidades prestadoras de serviços à comunidade.

5. Foram elencadas algumas possibilidades de ajustes imediatos, indicados por documentos das IFES.

Tais possibilidades não constituem decisões ou orientações do CRUB, mas indicativos de parte das IFES para análise e manifestação das demais.

A) Eliminação da GRIPE e da recontração de aposentados, eliminação da seguridade privada e de duplo emprego, não previsto em Lei;

B) Eliminação eventual de jetons referentes a participação em colegiados;

C) Redução do valor e do número de funções de confiança e funções gratificadas, limitando o valor global a algo em torno de 3% da folha;

D) Cortes nas concessões de abono pecuniário, nos casos possíveis;

E) Repassar responsabilidade do pagamento dos inativos para os órgãos de seguridade social, saindo da folha de pagamento sem prejuízo de seus direitos;

F) Implantação efetiva do orçamento global, para permitir flexibilidade de gestão financeira e administrativa;

G) Pagamento de pessoal cedido, pelos órgãos requisitantes;

H) Critérios rigorosos para concessão de dedicação exclusiva;

I) Estudar redução de despesas variáveis, como horas-extras, diárias etc, nos casos possíveis;

J) Autorizar alteração de regime de trabalho só em caso em que não haja cumprimento do contrato.

6. A redução de gastos com eventuais distorções administrativas e imposição do rigor no uso de recursos públicos e não fruto de momento ou de determinação de cortes nos gastos.

7. A ampliação da eficiência no desempenho das IFES é meta a ser buscada, tendo a ver com nossa consciência pública e não com contra-proposta a cortes.

Há tempos o CRUB vem recomendando a ampliação de vagas e ofertas de cursos noturnos, bem como a participação em projetos adequados de alfabetização, formação e capacitação permanente de docentes.

De qualquer forma, várias universidades colocaram essa perspectiva como demonstração de seu papel público.

#### PROPOSTAS ALTERNATIVAS

1. A primeira proposta sugerida foi no sentido de que, respeitada a não demissão e cortes salariais e os princípios anteriormente descritos fossem elencadas as possíveis medidas de imediato, colocadas no item 6, para preparação das negociações com o MEC.

Durante as negociações seriam apontados os rumos, para decisão coletiva em cada momento.

2. A segunda proposta também não admite cortes e demissões e se alinha com os princípios já descritos para as conversações.

Entende que medidas iniciais já podem ser implementadas na negociação. Coloca, por outro lado, a necessidade de que seja realizada uma avaliação institucional e um plano global de desenvolvimento de ensino superior em que se explicitem questões de demissão e estrutura de cada IFES.

Aponta também para a discussão, a partir da própria negociação, do real entendimento sobre autonomia.

A autonomia, a avaliação e o plano de desenvolvimento seriam viabilizados segundo o cronograma a ser discutido e definido, para apresentação de contra-proposta ao MEC.

Relato encaminhado pelo Presidente do CRUB,  
Reitor Eduardo José Pereira Coelho.

### CARTA DO XXI CONAD AO CRUB

Reunidos em Aracaju, no dia 29/05/90, os delegados das Associações Docentes- Seções Sindicais do ANDES-Sindicato Nacional resolveram encaminhar aos (às) senhores(senhoras) reitores e diretores das IFES os posicionamentos que se seguem.

A precária condição física, de infra-estrutura e de serviços de apoio às atividades de docência, pesquisa e extensão, bem como a falta de pessoal, nas IFES, levaram a que o movimento docente realizasse sucessivas greves, no passado, por mais verbas e contratações, entre outros. So no último ano, o governo deixou de investir nas IFES mais de 2 bilhões de cruzados novos, preços de dezembro/89, sobre os quais havia assumido compromisso formal com o movimento e com o CRUB. Em que pesem as reivindicações e as greves, sabemos que nossas bibliotecas, laboratórios e equipamentos estão desatualizados, prédios em precária condição de conservação, leitos hospitalares desativados, e as IFES precisavam de recursos para novos programas que resultem em ofertas de mais vagas e para melhoria da qualidade dos programas existentes. Além disso, é público e notório que verbas públicas continuam a ser repassadas para as escolas particulares, como aconteceu recentemente com 40% dos recursos do FNDE.

Os delegados do movimento docente, diante desse quadro, consideram inaceitável que as IFES devam voltar ou reduzam os recursos orçamentários das instituições. Mais: consideram um crime para a escola pública e gratuita que defendemos. Igualmente, não podemos acatar demissões, considerando fundamental que seja fortalecido o instituto do curso público como única via de acesso aos cargos e empregos nas IFES.

Denunciamos que o Ministério da Educação tem se recusado sistematicamente a receber as entidades representativas dos docentes, servidores e estudantes. Audiência solicitada pela ANDES-SN, em fins de março, até agora não foi marcada.

EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA, DEMOCRÁTICA E DE QUALIDADE!

POR MAIS VERBAS PARA EDUCAÇÃO!.

ANDES-SINDICATO NACIONAL  
AD'S PRESENTES NO CONAD

### CICLO DE DEBATES SOBRE O LESTE-EUROPEU

dia: 08 de junho, 6ª feira  
Auditório 412 CCHLA - 09:00h

### CONFERÊNCIA SOBRE LESTE EUROPEU

Prof. JOÃO MARTIN DE MORAIS

Professor de filosofia política na UNICAMP.

Pesquisador do Núcleo de Estudos Estatísticos da UNICAMP.

Artigos sobre Teoria Política: questões militares/história da esquerda.

O moderador será o prof. SÍLVIO FRANK ALEM, e o debatedor será o Prof. RUBENS PINTO LYRA.

OBS: A Conferência do Prof. MARTIN DE MORAIS faz parte de um CICLO DE DEBATES, promovido pela ADUFPb-JP em torno do Leste-Europeu. Estão programadas mais 2 conferências: Prof. BERND RABEHL, no dia 15 de junho e Prof. JACOB GORENDER, no dia 05 de julho.

Professores, estudantes e funcionários estão convidados.

# ADUFPb JP

# urgente

## ASSEMBLÉIA GERAL

4ª FEIRA, DIA 06, ÀS 09:30h  
AUDITÓRIO CENTRAL DE AULAS

### PAUTA:

1. Informes do CONAD
2. GREVE GERAL DIA 12
3. Demissões e cortes nas IFES
4. Indicação delegados para reunião ANDES-SN, Plenária Sindical, Comitê Nacional de Mobilização.

so a nossa mobilização, organizada e que pode evitar a destruição da universidade!

Associação dos Docentes da  
Universidade Federal da Paraíba

Organizar,  
resistir,  
avançar

# 4

5 DE JUNHO DE 1990.

## CONSELHO UNIVERSITÁRIO E DEMISSÕES

Reunido no último dia 29, o Conselho Universitário aprovou proposta do Conselheiro Luís Couto, que encaminhava pontos consolidados no documento apresentado pela ADUFPb- JP no início da reunião. As propostas a provadas, e levadas à reunião do CRUB, como posição oficial da UFPB, foram as seguintes:

1. Reafirmação, por parte das IFES, do posicionamento intransigente em tor no da autonomia universitária;
2. Uma firme e clara recusa pública em adotar quaisquer procedimentos que levem a demissões, reduções de salários de docentes e servidores técnico-administrativos e reduções de recursos destinados a pessoal;
3. Não-aceitação da já anunciada ameaça de não-suplementação de verbas, como sanção ao exercício da autonomia universitária;
4. Exigência de repasse imediato das verbas necessárias ao adequado funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior.

Quanto aos ajustes a serem feitos na Instituição, estes devem ser analisados no bojo de uma avaliação criteriosa da UFPB.

## NOVA REUNIÃO DO CRUB

A propósito da última reunião do CRUB, nos dias 30 e 31 de maio, transcrevemos o telex enviado pela ANDES-SN a todas as AD's:

A Diretoria da ANDES SN (Jorge Máximo) foi recebida pelos reitores e pelos diretores de IFES, respectivamente, em suas reuniões do dia 30, ocasião em que apresentou o documento (em anexo) assinado pelas 48 AD's participantes da reunião do setor das federais realizada, em Aracaju, no dia 29 p.p., referente às exigências de cortes de pessoal feitas pelo governo.

Conforme deliberação dos reitores na referida reunião, o CRUB observará os seguintes encaminhamentos até a próxima audiência com o Ministro da Educação:

-Será constituída uma Comissão do CRUB para redigir um documento político que contenha os argumentos dos reitores relativos à reforma administrativa;

-Cada reitor apresentará à Comissão uma radiografia de sua universidade com informações sobre produção científica, extensão, assistência, número de alunos, de professores, de funcionários e mais outros dados que vierem a ser elencados pela comissão.

-Se houver um fato novo significativo, a Comissão se reunirá previamente com o Ministro da Educação (antes do dia 11/6);

-O CRUB fará uma reunião no dia 11, de manhã, para fechar o documento preparado pela Comissão;

-O documento político, que preparará as radiografias das IFES, será levado pelo CRUB ao Ministro, no dia 11. Não haverá, nesta audiência, indicações alternativas para cortes.

OBS: A Comissão é constituída pelos reitores das Universidades de Santa Catarina, Pernambuco, Pará e Uberlândia.

## DEMISSÕES / CORTES :

### Reuniões...

As diretorias da ADUFPb-JP e do SINTESPB estiveram em audiência com o Reitor, na sexta-feira, dia 1º de junho, pela manhã, e realizaram reunião com os diretores de Centro do Campus de João Pessoa, à tarde.

Em pauta, as questões relativas a demissões e cortes. Entre outras coisas, insistiu-se na necessidade de a administração fazer um documento substancial para encaminhar à Comissão de reitores que prepara relatório sobre as IFES.

## XXI CONAD

Está sendo preparado um BOLETIM ESPECIAL com informes sobre o último CONAD, realizado em Aracaju, nos dias 30 e 31 de maio e 1º e 2 de junho.

**Aola** 5ª FEIRA,  
EXTRA 17:30 HORAS,  
ADUFPb JP CENTRO DE VIVÊNCIA



**MEXEU NO MEU SALÁRIO  
MEXEU NO MEU EMPREGO**



**EU VIRO BICHO**

**CUT** Central Única dos Trabalhadores

**PROFESSOR, PARTICIPE!**

**urgente**

**Organizar,  
resistir,  
avancar**

**ADUFPb JP**

Associação dos Docentes da UFPb

JOÃO PESSOA

11/06/90

**ASSEMBLÉIA  
GERAL**

DIA 12 DE JUNHO DE 1990

ÀS 08:00 HORAS

AUDITÓRIO DO CENTRO DE TECNOLOGIA

**Diretoria e Comissão de Mobilização  
INDICAM GREVE NO DIA 12/06/90**

Acompanhando a indicação do movimento sindical reunido em São Paulo, no dia 07/06, e do Comando Nacional de Mobilização da ANDES-SN, instalado em Brasília, a Diretoria da ADUFPb-JP e a Comissão de Mobilização local consideram extremamente importante realizar a GREVE de nossa categoria, no dia 12, amanhã, terça-feira, juntamente com as categorias que se encontram efetivamente em luta, contra a recessão, contra as demissões, contra o arrocho salarial.

Cabe repassar alguns esclarecimentos à comunidade universitária. A Central Única dos Trabalhadores - CUT, a Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT e a Central Geral dos Trabalhadores - CGT - encaminharam aos seus sindicatos filiados a discussão sobre a GREVE GERAL a partir do dia 12 de junho. Na referida plenária do dia 7, os dirigentes das duas CGT's anunciaram a desistência de realizar greve geral. A CUT, então, expôs, nesta plenária, a proposta de que a greve geral fosse transformada em GREVE DOS TRABALHADORES EM LUTA, atentando, inclusive, para o fato de que algumas categorias já estavam paralisadas, enquanto outras, que já vinham realizando alguns acordos, não manifestavam condições de aderir à greve. A CUT recomendava, então, que as categorias ameaçadas de demissão, de cortes, de arrocho salarial, realizassem a greve por um dia, como mobilização contra o autoritarismo do governo Collor e em defesa da classe trabalhadora.

E nós, professores da UFPB, como podemos nos situar?

Aprovamos, na última Assembléia da ADUFPb-JP, a adesão à GREVE GERAL, na medida em que os trabalhadores como um todo estão submetidos a toda sorte de pressão por parte do governo. Não se tratava de apoio, mas de ADESÃO. Isto porque nós, professores das Instituições Federais de Ensino, estamos ameaçados, no emprego, no salário, e a Universidade pública, ameaçada na sua própria subsistência.

As ameaças continuam. A situação não mudou. É a mobilização da nossa categoria que está fazendo o governo recuar na sua tentativa de destruição da Universidade Pública. A ação da ANDES-SN, a presença de um comando de mobilização em Brasília e o anúncio de que estávamos preparando uma greve para o dia 12 foram fatores decisivos para que o Ministro da Educação recebesse, na última sexta-feira, a ANDES-SN.

(Note-se que o pedido de audiência estava protocolado desde o início do governo Collor). Nessa audiência, foi entregue nossa pauta de reivindicações, por verbas, por salários, pela defesa da Universidade. Há perspectiva de que o Ministério receba a ANDES-SN depois da audiência de hoje com o CRUB.

Considerando, pois, que o DIA 12 DE JUNHO é decisivo para a nossa luta, a Diretoria da ADUFPb-JP e o Comissão de Mobilização avaliam como extremamente importante essa demonstração de força e organização, através da GREVE DO DIA 12 DE JUNHO, colocando-nos em luta juntamente com outros trabalhadores que, até mais do que nos, vêm sofrendo com a recessão que aí está.

Estamos convocando uma ASSEMBLÉIA GERAL para as 08:00 horas de amanhã, TERÇA-FEIRA, no AUDITÓRIO DO CENTRO DE TECNOLOGIA(CT), a fim de RATIFICAR a manutenção da GREVE, decidida na Assembléia anterior, informar sobre a reunião da ANDES-SN com o Ministro e do Ministro com o CRUB, avaliar a situação geral em torno das medidas pretendidas pelo governo para as Universidades e, ainda, encaminhar ações conjuntas dos docentes com outras categorias em luta, particularmente com o SINTESPB, ameaçadas de demissões ou de perdas salariais.

Ou vamos esperar que sejamos atingidos mais fortemente ainda, para, então, reagirmos?

João Pessoa, 11 de junho de 1990.

DIRETORIA ADUFPb-JP  
COMISSÃO DE MOBILIZAÇÃO

**Organizar,**

**resistir,**

**avancar**

Levado este documento a Brasília, o CRUB, na reunião com o Ministro da Educação e com o Secretário da SENESU, recuou da sua posição de não negociar cortes e, desprezando a tática até então adotada, aceitou "negociar" com o MEC, caso a caso, reitoria a reitoria.

Em audiência com a ADUFPb-JP e o SINTESPB, o reitor nos repassou os informes da reunião dos reitores e da audiência do CRUB com o Ministério. Na ocasião, sugerimos a imediata convocação do Conselho Universitário. Mas o reitor preferiu reunir apenas o CTA que, em sua reunião do dia 13/06, tomou conhecimento de uma série de propostas, que o reitor, segundo nos foi informado, levaria ao MEC, no dia 15/06. Nessa reunião, também ficou decidido que não seria convocado o Conselho Universitário. Entendemos, porém, que, não obstante o exíguo tempo, só uma reunião do Conselho Universitário é que poderia legitimar propostas a serem encaminhadas, em nome da Universidade. O CTA não é órgão deliberativo da Universidade. Assim sendo, não pode substituir o poder decisório dos Conselhos Superiores, nem tem competência para modificar a decisão do Conselho Universitário contrária a cortes.

Como elencar cortes, alguns deles ilegais, como por exemplo, diminuir gratificações de insalubridade, periculosidade, raio-X ? (A menos que estivessem sendo atribuídas de forma irresponsável...) O que dizer da proposta, também ilegal, de retirar os inativos da folha de pagamento da Universidade, transferindo-os para outro Ministério ? E falar da opção pelo T-40 ? (Desconhece a reitoria que o CONSEPE tem resolução proibindo o T 40?) Quanto a questão das Funções Comissionadas, a proposta, já histórica, do movimento docente é a sua extinção, reorganizando-as

ADUFPb-JP

em Funções Gratificadas, repassando-se a economia daí decorrente para OCC.E elencar demissão de acumuladores, como proposta de enxugamento ? (É até comprometedor...)

E o que dizer das chamadas propostas de otimização ? Como, por exemplo, ampliar vagas, em 19,7%, propondo, ao mesmo tempo, corte de orçamento da Instituição ? (Uma das propostas prevê redução de retide para T-40 de 300 professores).

É impossível fazer, no momento, análise detalhada deste ajuste, desta "negociação" que a UFPB (leia-se "A REITORIA") fará com o MEC. O fato é que os procedimentos adotados merecem nossa denúncia, nossa preocupação, porque ferem a democracia na instituição, abdicam da autonomia da Universidade e deixam prever dias piores para a UFPB.

Como a comunidade universitária pode estar comprometida com tais decisões ?

Denunciamos à comunidade que a reitoria, ao agir dessa maneira, desrespeita o Conselho Universitário, atropela as suas decisões, tornando-se, assim, com a cumplicidade do CTA, na grande maioria dos seus membros, a responsável pelos riscos de sua "criatividade".

Aceitar a lógica do governo é cooperar com o seu projeto de privatização. Só uma atitude digna, corajosa, responsável, é que poderá salvar a Universidade Pública de ser destruída.

**ENCAMINHAMENTOS:**

1. Entrega deste documento à reitoria;
2. Solicitação de espaço para pronunciamento no CONSUNI, na segunda-feira;
3. Solicitação de audiência para as entidades, na segunda-feira;
4. Convocação de Assembleia Geral dos professores, durante a semana, para analisarmos em detalhe, essas questões e os seus desdobramentos.

DIRETORIA ADUFPb-JP.

# ADUFPb JP

Associação dos Docentes da UFPB

JOÃO PESSOA - 18/JUNHO/90

## urgente

DEMISSÕES / CORTES  
AINDA !

A UNIVERSIDADE  
(mais que nunca)  
AMEAÇADA.  
DIRETORIA ADUFPb-JP

TELEX CRUB

TELEX ANDES-SN(avaliação)

Organizar,  
resistir,  
avançar.

# 7

F. SPAULO

## Fracasso na meta de cortes faz Collor optar por arrocho salarial

VALDO CRUZ +  
GUSTAVO KRIEGER  
Da Sucursal de Brasília

O governo vai promover um arrocho no salário do funcionalismo público para compensar o fracasso na tentativa de reduzir em 30% seu quadro de pessoal, equivalente à demissão e colocação em disponibilidade de 300 mil servidores. Para tentar obter a economia de US\$ 1,75 bilhão (R\$ 96,2 bilhões, o equivalente a 0,55% do Produto Interno Bruto-PIB) prevista inicialmente com a redução de pessoal, o governo pretende manter congelados os salários do funcionalismo até o final do ano, além de não repor as perdas anteriores ao Plano Collor.

O arrocho salarial para o funcionalismo público já está montado. O projeto elaborado pela equipe econômica para repor aos trabalhadores as perdas salariais anteriores ao Plano Collor exclui os servidores civis e militares. No caso de perdas posteriores ao plano, o governo pretende manter congelados os salários dos servidores. Para isso, conta com o fim dos reajustes automáticos.

Com essa decisão, o governo espera economizar parte de sua receita, que deve apresentar um crescimento próximo às taxas inflacionárias. Esse esquema de governo também pode fracassar caso o Congresso Nacional inclua no projeto de reposição de perdas salariais os servidores públicos e crie uma nova política de indexação automática de salários.

Publicado em 17 de junho de 1990

## TELEX CRUB Nº 211 - 12JUN90

As Universidades Federais e seus Reitores:

Terminadas as duas reuniões entre o CRUB, os reitores das universidades federais e os dirigentes do MEC, cabe informar a V. Magnificência e à comunidade universitária seus resultados:

1. Os reitores das universidades federais e o CRUB, interpretando a vontade dos Conselhos Superiores das universidades Federais, ratificaram suas posições de não promoverem demissões ou reduções de salários;
2. Entendem os reitores que a autonomia universitária deve ser preservada e respeitada e deve ser o parâmetro orientador das discussões que se travarão entre os dirigentes de cada universidade e a SENESU/MEC;
3. Obedecidos princípios gerais, caberá a cada universidade negociar, caso a caso, com a SENESU, os termos relativos ao enxugamento e à expansão possíveis de vagas ou matrículas, dentro de metas que não prejudiquem as atividades das universidades;
4. O CRUB solicitou e houve posição favorável da SENESU de que qualquer enxugamento deverá ser usado para ampliar os recursos para manutenção;
5. O CRUB reafirmou sua disposição de não aceitar tratamentos lineares nas metas de negociação. O que foi aceito pelo MEC;
6. Os eventuais enxugamentos na área administrativa serão decididos a nível de cada instituição;
7. A expansão de vagas e matrículas, em cursos diurnos ou noturnos, será decidida pelas universidades, com base em sua realidade;
8. Não são verdadeiras quaisquer informações de que os reitores ou o CRUB tenham concordado com demissões ou com a informação de que docentes em tempo integral não cumprem seus contratos de trabalho;
9. O CRUB e os Reitores das Universidades Federais consideram não aceitável a meta do governo de enxugamento de 30%. Quanto às demissões, embora a SENESU não priorize, não descarta a análise desta questão, a depender das metas e do processo de negociação;
10. Permanece decisão das Universidades Federais de promover avaliação institucional, em prazo compatível, até o máximo de 90 dias.

Continuaremos atentos ao processo de negociação com o MEC e solicitamos que cada Universidade, na negociação caso a caso, não perca de vista os princípios gerais.

Enviamos cordiais saudações universitárias  
Reitor Eduardo José Pereira Coelho  
Presidente do CRUB

do trabalho a ser desenvolvido nas Universidades. Ou as propostas são apenas instrumento para aliviar a fúria privatista do governo Collor ou, então, criam para as Universidades obrigações que não poderão cumprir sem deteriorar, ainda mais, a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

## Posicionamento da Reitoria da UFPB

Neste quadro, como vem reagindo a reitoria da UFPB ?

Dando cumprimento às decisões do Conselho Universitário, a reitoria levou ao CRUB a decisão de não demissão e de não cortes orçamentários, além da exigência de mais verbas para a UFPB. Entretanto, na reunião do Conselho Universitário, do dia 29/05, em que se discutia essa questão, o reitor revelou sua insatisfação com a posição adotada pelo Conselho. E, abruptamente, em seguida a uma manifestação de um conselheiro, segundo ele desrespeitosa, abandonou a reunião, ele que, no dia seguinte, deveria ir ao CRUB, levar a posição da UFPB.

Quando o CRUB decidiu solicitar uma radiografia das IFES, a reitoria preparou por sua conta e risco, um volumoso documento, de mais de 300 páginas. Na introdução, dá conta dos princípios aprovados no Conselho Universitário e assume suas posições. Seguem descrições, com gráficos, do que é, segundo a sua ótica, a UFPB.

E por último, enumera uma série de propostas, solitariamente concebidas, e genérica e precariamente formuladas, sem nenhuma discussão junto às instâncias competentes, e sem nenhuma análise de sua viabilidade.

Aliás, mais uma vez, o reitor encerrou, antes do tempo, a última reunião do Conselho Universitário, no dia 05/06, quando se propunha a discussão em torno dos elementos que viriam a constituir esta radiografia da UFPB.

tem reagido às investidas contra a Universidade E tem procurado expor às reitorias, aos conselheiros, à imprensa, à sociedade em geral os princípios básicos que devem reger o diálogo MEC-Universidade, tendo como base a autonomia, duramente conquistada pelos movimentos organizados das IFES.

Só no último dia 08/06 é que a Diretoria da ANDES-SN foi recebida, finalmente, pelo Ministro da Educação. Registre-se que desde o final de março estava protocolado o pedido de audiência. Naquela ocasião, a entidade entregou ao ministro um documento em que expunha a posição do movimento docente em relação aos recentes acontecimentos. Além de entregar, mais uma vez, a nossa pauta de reivindicações, exigiu, por parte do Ministério, que passe a negociar com a categoria, através de seu sindicato, o repasse de mais verbas para as IFES, bem como a reposição das perdas salariais. Análises feitas pela ANDES-SN indicam que nosso salário de maio vale apenas 1/3 do salário de janeiro.

### Posição do CRUB

Entendemos que o CRUB, ao aceitar negociar cortes nas Universidades, sob a alegação de que a não-negociação implicaria demissões, deixou de levar em consideração, na prática, a autonomia da universidade. No momento em que os reitores aceitam aumentar número de vagas, ampliar cursos noturnos, criar novos programas de extensão, sem exigir o repasse de verbas necessárias para uma correta ampliação desses serviços, não estão levando em conta a necessária qualidade

TELEX ANDES-SN 093-12/06/90

### 1. AVALIAÇÃO

A CNM (Comissão Nacional de Mobilização), avaliando os últimos acontecimentos, entende que o MEC avança na disposição de implantar sua proposta de privatização de ensino público de 3º grau, não abrindo mão do corte de 30% com despesas de pessoal, não descartando possibilidade de demissões e de expansão de vagas para estudantes (criação de cursos noturnos) sem nenhuma contrapartida de verbas, comprometendo, ainda mais, a qualidade do ensino.

Este avanço fica caracterizado pela sua estratégia de negociar caso a caso (até dia 15 de junho) cortes nas IFES, a qual foi aceita pelo CRUB, significando recuo deste. Tal fato enfraquece o CRUB que deixa de ser, nesse momento, o interlocutor entre Universidades e MEC, que coloca tecnocratas para tratar da questão diretamente com cada reitor, deixando-os em situação humilhante.

A proposta do CONDITEC (Conselho Diretor das Escolas Técnicas) de corte de 10% e de expansão de vagas para estudantes (20%), sem nenhuma contrapartida de verbas para pessoal (contratação de docentes e funcionários) e OCC, definida pelo Ministro da Educação como "criativa" e não rechaçada pelo CRUB, apresenta a possibilidade concreta de acontecer com o ensino público de 3º grau o sucateamento já ocorrido com o 1º e 2º graus.

A negociação caso a caso entre MEC e reitores significa tratamento diferenciado para as IFES, favorecendo a política clientelística historicamente adotada pelo MEC, à atual situação em que se encontra a Universidade pública, os "Centros de Excelência" e impossibilitando o desenvolvimento de universidades emergentes.

Mais uma vez fica claro que quem sempre defendeu a instituição universidade pública foi a ANDES-SN. E neste momento, é fundamental que o MD se contraponha a estas propostas de cunho eleitoreiro, pressionando reitores a não aceitá-las.

### 2. SOBRE FC, FG, JETON, GRIPE, REGÊNCIA DE CLASSE

Há vários anos o MD vem lutando contra a existência de funções comissionadas, gratificadas, jetons, regência de classe, GRIPE, por entender que são distorções na estrutura universitária, premiando as atividades administrativas em detrimento do ensino, pesquisa e extensão e constituindo-se em trunfo para a prática clientelística.

As FC's e FG's surgem em 87, no bojo do Plano de Carreira das IFES, como imposição do MEC. Desde logo o MD reagiu e em vários momentos questionou sua aplicação (Doc. de São Carlos/87) e deliberou sobre a questão (Congresso de Londrina/90).

Sabemos que o CRUB e MEC se propõem a reduzir (apenas isso) o valor e a quantidade destas gratificações nas IFES, porém acreditamos

que devemos dar um passo definitivo, no sentido de acabar com essas distorções.

PROPOSTA / REITORIA

ENCARGOS DE VAGAS

19.70 - 2000

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	1000	1200	(16,2%)
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	2200	2250	(25%)
TOTAL	3200	4250	(19,70%)

ENCARGOS DE INSTRUÇÃO

DIARIA EXTRA	80	0,70
DEPORTES	100	0,07
ENCARGOS DE VAGAS	15	0,10
ENCARGOS DE INSTRUÇÃO	70	0,21
ENCARGOS DE INSTRUÇÃO	30	0,03
ENCARGOS DE INSTRUÇÃO	10	0,06
ENCARGOS DE INSTRUÇÃO	-	0,89
ENCARGOS DE INSTRUÇÃO	-	0,92
ENCARGOS DE INSTRUÇÃO	-	0,66
TOTAL	-	4,19

ENCARGOS DE OUTROS

ENCARGOS DE OUTROS	9,49
ENCARGOS DE OUTROS	5,02
TOTAL	14,51

ENCARGOS DE OUTROS - QUADRO GERAL

ENCARGOS DE OUTROS	19,70
ENCARGOS DE OUTROS (QUADRO 1)	4,19
ENCARGOS DE OUTROS (QUADRO 2)	14,51
TOTAL	38,40

CICLO DE DEBATES SOBRE O LESTE-EUROPEU

DIA 20 DE JUNHO DE 1990 - 4ª FEIRA  
AUDITÓRIO DO CCHLA - 412  
08:30 horas

PALESTRA COM:

BERNARD RAMBEHL - Expositor

Prof. da Universidade Livre de Berlim Oriental  
Atualmente prof. visitante da UFPB - Campus II  
Deptº Sociologia Rural

Livros: O FIM DA UTOPIA  
Desenvolvimento das lutas de classe da Europa Ocidental  
: MARX e LENIN - A contradição do pensamento

ARLINDO SOARES - Debatedor

JOANA NEVES - Moderadora

COMPAREÇA! DISCUTA!

A UNIVERSIDADE(mais que nunca)AMEAÇADA

As universidades federais brasileiras estão sofrendo a mais irresponsável e cruel ameaça de destruição dos últimos tempos. Irresponsável porque é através da Universidade Pública que podemos vislumbrar, a médio e a longo prazo, uma saída para a crise a que foi levada a sociedade brasileira.

Quando o movimento docente, reconhecendo o estado de penúria em que se encontram as IFES, reclama por mais verbas para que a Universidade possa desenvolver seu trabalho com eficiência e sair do improvisado amadorístico, o governo que se instalou em 15 de março propõe um corte no já parco orçamento da instituição. Nenhum critério preside este posicionamento do governo, senão o argumento, absolutamente inaceitável, de que o corte contribui para a redução do déficit público. O movimento docente não aceita a tese de que verbas para o ensino público são despesa. Os gastos com a Universidade são investimentos, sobretudo num país em desenvolvimento.

A ameaça é cruel porque atinge princípios, semeia insegurança, intranquiliza a comunidade, desorganiza o trabalho. E permite que aqueles que se pautam pela subserviência possam, numa atitude de obediência cega às propostas inconseqüentes do governo, comprometer a frágil democracia que estamos construindo na Universidade, violar a autonomia enquanto preceito constitucional e colocar em risco os objetivos mesmos da instituição universitária.

Ação do movimento docente

Desde fevereiro, no Congresso da categoria, em Londrina, o movimento docente delineava, numa análise de conjuntura, a posição que teríamos de assumir diante do governo que se instalaria em março. "Organizar, resistir, avançar" eram (e são) as palavras de ordem.

Em Assembléias Gerais, em reuniões, em debates, em informes, o movimento docente

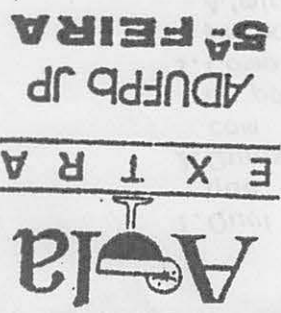
PROFESSOR, PARTICIPE!

so a nossa mobilizacao, organizada  
e que pode evitar a destruicao da  
universidade!

**Organizar,  
resistir,  
avancar**

**A : Comunidade Universitaria**

**Remetente: ASSOCIACAO DOS DOCENTES DA UFPA - ADUFPB-JP**



**ADUFPB JP**  
**urgente**

**JOÃO PESSOA**

**8**

**18/JUNHO/90**

## PRONUNCIAMENTO AO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFPB.

A comunidade universitária e o órgão máximo de deliberação da UFPB, o CONSUNI, estão, mais uma vez, diante de um fato consumado, a exemplo do que ocorreu com a decisão de implantar horário corrido e a nebulosa aplicação financeira dos recolhimentos do FGTS.

Neste grave momento de ameaças à autonomia universitária e à sobrevivência das IFES, o CONSUNI depara-se com uma proposta de cortes encaminhada pelo Reitor ao MEC que, por sua vez, impôs, através de burocratas, a sua proposta de redução de despesas à administração superior da UFPB.

Novamente, deparamo-nos com a absoluta falta de transparência na condução do processo de tomada de decisões. Além do desrespeito às instâncias de deliberações da instituição e da desconsideração pelas deliberações já tomadas pelos Conselhos Superiores, a proposta "negociada" pelo Reitor em Brasília exige os seguintes esclarecimentos:

1. Qual a justificativa para a existência de horas extras se o Reitor declarou que já havia uma Portaria sua proibindo tais pagamentos?
2. Quais os critérios que foram adotados para uma redução de 25% nos gastos com FCs e FGs? Quais as que estão sendo cogitadas para serem suprimidas e para serem mantidas? Com quais valores?
3. Como foi estabelecida a redução de 50% no pagamento das diárias? Qual a proporção de cortes programados para os Centros e para os órgãos da Administração Central? Foi feita uma análise da repercussão que esse corte poderia ensejar nas atividades acadêmicas?
4. De que maneira foi estimada a diminuição de 60% nas despesas com as atividades insalubres ou perigosas? Tal redução não poderá inviabilizar o funcionamento de setores essenciais da Universidade? O pagamento destes adicionais não é uma exigência prevista em lei?
5. Como se compatibiliza a proposta de corte apresentada pelo Reitor com os princípios e metas contidos na "radiografia" que foi levada ao MEC?
6. Foi efetuado um dimensionamento dos recursos de OCC necessários à expansão de vagas na UFPB? O MEC comprometeu-se com o repasse desses recursos?

A ADUFPB-JP entende que o CONSUNI, aqui reunido, deve considerar em profundidade estas questões, ao apreciar uma "negociação" que poderá comprometer irreversivelmente a autonomia universitária e a existência da Universidade pública e gratuita de qualidade.

Neste momento, a entidade representativa dos docentes do Campus I da UFPB reafirma seu posicionamento contrário as demissões e quaisquer cortes no orçamento da UFPB, entendendo que reduções de despesas só poderão ser aceitas se convertidas em recursos correspondentes para OCC e considerando inaceitável qualquer redução que tenha como consequência direta o agravamento das já precárias condições em que se realizam as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, qualquer expansão de vagas somente deverá ocorrer em proporções compatíveis com os recursos humanos e materiais disponíveis em cada área de conhecimento, assegurados os recursos de OCC necessários ao adequado funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas. Esclarece ainda que o movimento docente sempre se posicionou contrariamente à existência de funções comissionadas, ao mesmo tempo em que tem defendido um redimensionamento criterioso das funções gratificadas e que esta matéria será debatida, esta semana, em Assembleias Gerais que ocorrerão em todo país.

Diante do exposto, a ADUFPB-JP espera dos senhores Conselheiros uma atitude firme e inequívoca em defesa da autonomia universitária e de princípios e posições historicamente defendidos pelos docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes, os quais representam neste Conselho.

João Pessoa, 19 de junho de 1990.

DIRETORIA ADUFPB-JP



ELEMENTOS PARA RESPOSTA AO TELEX DO CRUB,  
COMUNICADOS PELA REITORIA AO CONSUNI NO  
DIA 26/06/90

- I) Abono Pecuniário (Média Mensal): 24.000,00 - Repercussão na Folha de maio/90 de 2,72%.
- GRIPE (Extinta em 1988) - Repercussão na Folha de Maio/90 seria de 5,02

II) a) PROPOSTA GLOBAL FINAL:

- a) Redução na Folha Maio/90: 4,05%
- b) Expansão de Vagas  
(incluindo Cursos noturnos): 25,04%
- TOTAL (a+b) = 20,99%

PROPOSTA DE EXPANSÃO APROVADA PELO CONSEPE  
EM REUNIÃO DO DIA 25/06/90

EXPANSÃO:

	1.990	1.991	1.992	Acrésc.
<b>GRADUAÇÃO</b>				
Vagas vestibular	3.990	4.584	5.004	25,1
Matrículas	19.931	26.516	21.521	8,0
<b>Aproveitamento Vagas</b>				
Ociosas	zero	zero	zero	zero
Cursos noturnos	12	15	22	83,3
<b>Alunos Cursos</b>				
Noturnos	3.392	3.572	4.172	23,0

PÓS-GRADUAÇÃO

a) Stricto Sensu

Ingressos	1.773	1.808	1.826	3,0
Cursos	35	36	36	2,8

b) Lato Sensu

Ingressos	511	618	703	37,6
Cursos	15	19	21	40,0
Al. Res. Méd.	69	70	70	zero

1º e 2º GRAUS:

Alunos.....	320	360	380	18,7
Vagas	80	120	140	75,0
		100	100***	

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO:

Leitos	220*	355**	382	73,4
Internações	4.100	4.810	6.064	47,9
Consultas	182.000	243.000	364.500	125,0

EXTENSÃO:

Nº de Cursos	116	151	182	56,9
Nº de Alunos	2.320	3.020	3.640	56,9

\*Foram desativados 90 leitos devido a Plano "Brasil Novo" (dispensa de estagiários)

\*\*Devido a incorporação do Hospital Alcides Carneiro (IPASE) ao Sistema de Hospitais Universitários da UFPB

\*\*\*Possível criação de Colégio de Aplicação.

# ADUFPb JP

Associação dos Docentes da UFPb

## urgente

ASSEMBLÉIA GERAL DIA 02/07/90  
(2ª feira) às 15:00 horas/CT

PAUTA:

1. DEMISSÕES / CORTES

\*Reunião MEC/REITORES  
-28/06

\*Balanço

\*Perspectivas

2. POLÍTICA SALARIAL

3. L.D.B

4. R.J.U

5. HORARIO CORRIDO

ADUFPb.JP

so a nossa mobilização, organizada  
e que pode evitar a destruição da  
universidade!

Organizar,  
resistir,  
avançar

## EM ESTADO DE ALERTA: AINDA! SEMPRE!

Durante todo esse processo, em que se verifica a mais concreta ameaça de privatização do ensino público encetada pelo governo, a posição do movimento docente tem sido clara: CONTRA AS DEMISSÕES, CONTRA OS CORTES, POR MAIS VERDAS PARA A UNIVERSIDADE. Não reconhecemos como diálogo, como negociação, a truculência da decisão de desmantelar o serviço público. Se os objetivos privatistas do governo Collor não estão atingindo, no caso das Universidades Federais, aquilo que ele previu, isso se deve em muito à nossa mobilização, à nossa luta no sentido de fazer prevalecer a autonomia constitucional de que gozamos as UFES. Mesmo assim, o governo insiste em obter da Universidade de Publica uma rendição, para anunciar na TV Globo que a Universidade cedeu às propostas da chamada "reforma administrativa", com o objetivo claro de desmoralizar as UFES, que se veriam assim obrigadas a reconhecer a existência de "capacidade ociosa", tudo apolado na divulgação de dados sobre a relação professor/aluno, funcionário/aluno, custo/aluno, comparados com dados internacionais, ou tentando assenar a universidade pública ao baixo padrão de qualidade da escola superior privada.

No caso da UFFL, os 4% de corte que o Conselho Universitário aprovou no orçamento de pessoal não podem ser assumidos como redução. Só tem sentido se de fato transformados em OCC, o que significaria uma gota d'água na crônica necessidade de recursos. Além do mais, se nos 4% estão incluídas gratificações, jetons, horas extras, também está inclusa a abono pecuniário, um direito trabalhista.

O movimento docente é - e sempre foi - a favor da expansão do ensino público e gratuito. Perdemos, na Constituição de 88, por força do lobby das instituições privadas, a possibilidade de que a legislação previasse verbas públicas apenas para o ensino público. Mas, expansão de vagas sem recursos humanos e materiais compatíveis é ato de irresponsabilidade de quem propõe e de quem aceita. Não podemos negociar a manutenção do emprego em troca da degradação das condições de trabalho. O aumento de vagas implica em aumento de despesas. A expansão só pode ocorrer com uma compatível alocação de verbas, sob pena de se comprometer mais e mais a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Para conhecimento dos professores, estamos divulgando, em detalhe, as decisões recentes tomadas pelos Conselhos Superiores da UFPB. Não porque a Reitoria não o faz.

Estamos convocando a categoria para que se mantenha em ESTADO DE ALERTA, na medida em que esta reação possível dos Conselhos da UFPB não atenta as ameaças e, sobretudo, não aponta para uma efetiva garantia de melhores condições de ensino, pesquisa e extensão. Convm lembrar a atitude de pouca firmeza que vem revelando a Administração Central da UFPB.

A universidade pública tem que sair de uma posição defensiva. Precisa lutar, com mais garra, por mais verbas para o correto desempenho de suas funções, por salários dignos para professores e funcionários. Nesta tarefa, o movimento docente tem papel preponderante.

João Pessoa, 27 de junho de 1990  
DIRETORIA ADUFPB-JP

### PROPOSTAS APROVADAS PELO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

(Reuniões dos dias 20 e 26 de junho de 1990)

1. Redução das despesas do orçamento de pessoal, transferindo a economia daí resultante para OCC:

Reduções:	40% FC / FG-----	1,598 (redução na folha %)
	100% subsL.FC/FG-----	0,293
	90% horas-extras-----	0,076
	95% jetons-----	0,068
	demissões a pedido-----	0,66
	50% abono pecuniário-----	1,387

TOTAL-----4,082

2. Solicitar aos diretores do Centro a apresentação ao CONSUNI, no prazo de 45 dias, relatório circunstanciado sobre o cumprimento do regime dos professores RETIDE.
3. Na ampliação de vagas, nos cursos de graduação e pós-graduação, que sejam levados em consideração os recursos humanos e materiais efetivamente disponíveis na instituição, ressalvada sempre a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.
4. Os professores RETIDE postos à disposição de outros órgãos tenham o seu regime de trabalho modificado para T 20, devendo receber a complementação de seus salários dos órgãos nos quais prestam serviço. No caso de o professor conservar as atividades didáticas, não seria atingido pela medida.
5. Estudo rigoroso, em 60 dias, dos casos em que servidores recebem horas-extras permanentes e vantagens pessoais.
6. Que o CONSUNI apresente moção aos representantes paraibanos no Congresso Nacional, solicitando um firme posicionamento desses parlamentares em defesa da UFPB, tendo em vista as graves ameaças que pesam sobre a instituição por parte do governo federal (demissões, reduções de verbas etc), além do repúdio ao modo pouco respeitoso com que foram tratados a Universidade e seus representantes legais (reitor e assessores diretos) por parte de burocratas de escalões inferiores do MEC durante o processo de negociação da atual problemática.
7. Quanto ao horário corrido, numa primeira reunião do CONSUNI foi aprovada a discussão, no âmbito da avaliação da Universidade, até dezembro. Na reunião do dia 26 de junho, foi aprovado que o assunto deverá ser discutido na próxima terça-feira, dia 03/07/90.

AUDITÓRIO CENTRO DE TECNOLOGIA  
DIA 02 JULHO 90 - 15:00 HORAS  
segunda - feira

# ASSEMBLÉIA GERAL

27  
J  
u  
n  
h  
o  
90

9

JOÃO PESSOA

## PROFESSOR, PARTICIPE!

**ENSINO PÚBLICO  
E GRATUITO:  
DIREITO DE TODOS,  
DEVER DO ESTADO**

PROGRAMAÇÃO

SEMINÁRIO  
**AVALIAÇÃO NA UFPB**



5/12/90 (4ª feira) - 09:00h - Painel: "Avaliação na UFPB: procedimentos"

Expositores:

- . Representante da Comissão de Avaliação  
CONSUNI/CONSEPE
- . Representante SINTESPB
- . Representante DCE
- . Representante do Grupo de Política Edu  
cacional (ADUC, ADUFPB-JP e ADUFPB-CG)

10:15h - Debates

14:30h - Trabalho em grupo

Obs: 17:30h : Entrega dos relatórios dos grupos

6/12/90 (5ª feira) - 09:00h - Plenária Final

GRUPO DE POLÍTICA EDUCACIONAL



## ADUFPB-JP/Seção Sindical

### SEMINÁRIO: AVALIAÇÃO NA UFPB

#### 4º Momento: Procedimentos

#### AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: Procedimentos A PROPOSTA DO MD

Para que se deflagre e, a partir daí, possa assumir um caráter permanente, um processo de avaliação institucional na UFPB é, antes de tudo, necessário que se tenha bastante clara a concepção de avaliação assumida. Isto é essencial para garantir que, ao serem propostos quaisquer procedimentos de avaliação, estes venham a ser a explicitação concreta ( e concretizada ) desta concepção.

No que concerne a concepções de avaliação, o MD já apresentou a sua em diversas oportunidades, seja em eventos (Seminários Nacionais de Avaliação, por exemplo), seja em documentos (Projeto de LDB da ANDES-SN, por exemplo). Para se atear ao que está mais próximo, será tomada como caracterização exemplar desta concepção aquela defendida pela profª Miriam Limoeiro, em sua explanação no primeiro momento deste Seminário.

Nesta concepção, ressaltam-se a função social da instituição e a questão da qualidade do trabalho acadêmico. No caso específico da UFPB, isto pressupõe que ela deve abandonar sua postura histórica, decorrente do processo de implantação do ensino superior no país, tradicionalmente a serviço das classes dominantes. A partir daí, debruçada sobre os dados que a realidade sócio-cultural, política e econômica da Paraíba exhibe, deve desenvolver suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, atuando no sentido de contribuir para o resgate da imensa dívida social que o Estado brasileiro tem com as camadas menos favorecidas, tornando-se, desse modo, instrumento de mediação para transformações mais profundas. Vale ressaltar que, localmente, as condições de vida dessas camadas vem se deteriorando com rapidez cada vez maior no bojo do empobrecimento, geral e não apenas econômico, pelo qual passa o Estado da Paraíba. Mais ainda, com relação à produção e disseminação do saber sistematizado, atividades próprias, embora não exclusivas, da Universidade enquanto instância da sociedade, a UFPB deve trabalhar com o intuito de tornar a Paraíba apta a inte

grar-se ativamente no circuito de intercâmbio em nível nacional e, porque não, internacional, superando a situação atual que é a de recepção passiva do conhecimento e de elementos culturais, muitos deles em vias de obsolescência em outras regiões do país e do mundo - para nós, na Paraíba, atualmente, o acesso ao contemporâneo ocorre, em geral, através de mecanismos que garantem a hegemonia do capital. Assim, uma vez caracterizado o trabalho a ser realizado pela UFPB, fica cristalino o que deve ser entendido como avaliação: verificar se a instituição vem realizando este trabalho, buscando implantar condições para que ele alcance patamares cada vez mais elevados de qualidade, corrigir distorções que possam ocorrer na sua realização e garantir que isto se dê de forma pública e democrática. Ou seja, para a Universidade, tomando emprestada a linguagem da legislação educacional, a diretriz é o novo e a avaliação é uma de suas bases.

No entanto, a bem da eficiência política, é preciso que sejam feitas as seguintes constatações:

I - A UFPB, enquanto todo orgânico e institucional, pela sua própria postura elitista já mencionada, ignora a realidade do Estado da Paraíba. Ignora, pelo menos em termos do rigor acadêmico com que deveria tratar os dados oriundos dessa realidade, ao dificultar - por meio de instrumentos estruturais, advindos sobretudo da legislação vigente, e das práticas fragmentárias por eles induzidas - que qualquer saber sobre esses dados, produzido, em geral, em condições institucionais extremamente adversas, seja socializado. E, como consequência, não investiga, de forma sistemática, o seu poder de intervenção - potencial ou efetivo - sobre esta realidade. Não é capaz, portanto, de dimensionar - a menos que eles estejam absolutamente explicitados e formalizados - através de que mecanismos esta intervenção se dá. Não é, ainda, sequer capaz de estabelecer, com razoável precisão, o peso relativo de cada mecanismo específico.

II - A UFPB, também enquanto todo orgânico, não é capaz de perceber de forma transparente o seu processo de funcionamento institucional. A visão que muitos dos que fazem a instituição têm do processo é fragmentada. A percepção que se tem de uma instância institucional é tão mais obscura quanto mais distante ela se localiza do espaço de inserção cotidiana. Assim, para a maioria, a administração central e os órgãos supe

riores colegiados representativos de deliberação são visualizados de forma extremamente imprecisa, quase mágica. E, deste modo, perde-se a possibilidade de apreendê-la, a UFPB, enquanto ato e potência.

Em se aceitando as duas proposições enunciadas acima, ficam, conseqüentemente, estabelecidos dois procedimentos, preliminares essenciais, para a deflagração do processo de avaliação:

- o primeiro deles, associado à proposição I, é o estabelecimento de mecanismos coletivos que permitam uma abordagem, de cunho acadêmico, dos dados que emergem da realidade paraibana e da produção sobre estes dados acumulada pela/na UFPB. Apenas de posse desses dados poderá a universidade, através de suas instâncias, democraticamente, definir suas políticas de ensino, pesquisa e extensão. Apesar de não serem dominados na sua totalidade, alguns desses dados, pela sua expressividade, demonstram, de forma cabal, a relevância da existência de uma universidade pública na Paraíba, quando se tenta reverter a situação atual. Dados sobre mortalidade infantil, índices de escolaridade da população, concentração de renda, são exemplos gritantes deste fato. Do mesmo modo, os dados referentes aos recursos instrumentais, produzidos pela UFPB, que os quadros da instituição introduzem nos movimentos sociais em que inserem, embora menos nitidamente evidenciados, corroboram aquela indicação;

- o outro, vinculado à proposição II, é a abertura, para a comunidade universitária, da gestão da UFPB, seja em termos da execução, seja em termos de deliberação. É necessário que a coisa pública, serviço e patrimônio, corporificada pela UFPB, seja tornada transparente para estudantes, funcionários e professores. É claro que existe a mesma necessidade de fazê-lo, com maior abrangência, para a sociedade como um todo. No sentido de garantir uma contextualização desse procedimento, num momento em que atravessamos uma conjuntura extremamente adversa para as IFES, dados seu sucateamento e a intensa campanha de desprestígio da qual elas vêm sendo vítimas, feita pelo próprio Governo Federal com uso maciço da mídia, a enunciação de alguns parâmetros para sua realização não pode - nem deve - ser evitada. A análise da gestão dos recursos financeiros, tão parcos no presente, é certamente um deles. É preciso verificar-se se a determinação e execução de despesas seguem

prioridades democraticamente definidas. Com relação a democracia, na medida em que os processos eleitorais dentro da UFPB estão razoavelmente democratizados, ela também está na base da formulação de um outro parâmetro que é o compromisso da deliberação e da execução com os anseios da comunidade universitária. Num momento como o que vivemos, mais do que nunca, deve-se ter a garantia de que nossa administração superior comporte-se como nosso representante no enfrentamento às investidas do Governo Federal e nunca o inverso.

O estabelecimento dos procedimentos acima tornará, então, viável a realização da avaliação institucional na UFPB. Para que esta se dê, sem que se corra o risco de transformá-la em rito meramente burocrático, reduzindo grandemente a riqueza a ela inerente, é preciso que se seja extremamente cuidadoso no que diz respeito a procedimentos. Por se tratar da avaliação do trabalho acadêmico, ou seja, de conhecimento produzido, difundido e socializado nas diversas áreas do saber é importante que não se perca de vista que as próprias áreas do conhecimento apresentam especificidades. Fundamentação, metodologias de produção e transmissão, potencialidade de intervenção mais ou menos imediata na realidade são diferenciadas para as diferentes áreas. Se, em nossa concepção de avaliação, a prioridade é atribuída ao compromisso com a transformação e o novo e à democracia enquanto processo, seria um contra-senso ter-se a pretensão de definir procedimentos de validade geral, isto é, um roteiro de avaliação. Além do contra-senso já mencionado, vale ressaltar o quanto o roteiro seria passível de ser traduzido em formulários, pontuações... Isto poderia ter como consequência, previsível, a morte de um processo, pleno, democrático, participativo e, portanto, fomentador do crescimento da UFPB enquanto instituição pública de ensino superior, justamente aquele que o MD acalenta como desejo ver instalado em todas as IES's públicas. Não é possível, no entanto, em função dos compromissos e prioridades inerentes a nossa concepção de avaliação, omitir-se em explicitar princípios norteadores para a elaboração desses procedimentos, quais sejam:

- i - a avaliação do trabalho acadêmico deve ser feita nas instâncias em que ele é realizado por todos aqueles que dele participam;
- ii - o processo de avaliação não é pessoal mas institucional; a UFPB é primordialmente responsável.

- por ela bem como seu objeto prioritário;
- iii - a avaliação deve ter como objetivo a formulação - ou reformulação - da política acadêmica das instâncias, na qual fiquem explicitadas todas as condições necessárias para que elas se desenvolvam plenamente;
  - iv - a avaliação deve ser instrumento de apropriação, por funcionários e professores, de seu trabalho, contribuindo, assim, para sua desalienação;
  - v - a avaliação deve propiciar mecanismos de intercâmbio e articulação entre as diversas instâncias da universidade;
  - vi - a avaliação deve ser um espaço de estímulo à implantação de experiências acadêmicas na UFPB;
  - vii - a avaliação deve, enquanto processo e resultado, ser pública.

O acatamento pela UFPB destes princípios e dos procedimentos preliminares aqui propostos deve ser expresso por de liberação nesse sentido de seu órgão colegiado máximo em matéria acadêmica, o CONSEPE. É preciso, ainda, que, no que diz respeito ao item v, especificamente, o CONSEPE designe um responsável direto pela sua implementação, um Comissão paritária, cujos membros serão representantes, diretamente eleitos, das respectivas categorias.

É indispensável assinalar que, para que o processo de avaliação possa ser considerado completo, deve-se agregar à sua dimensão institucional, priorizada nesse texto, uma outra, dialeticamente articulada com a primeira, de caráter não estritamente acadêmico, na qual a própria sociedade possa manifestar suas expectativas sobre a universidade pública. Isto deve ser feito através de mecanismos democráticos que possam ser acionados periodicamente pela sociedade, apesar de não fazerem parte da estrutura institucional da UFPB, nos quais estejam representados - do modo mais fiel possível, inclusive em termos proporcionais - a sociedade civil através de suas entidades - sindicais, de empresários e trabalhadores, comunitárias, científicas, profissionais -, os poderes constituídos e as instâncias intervenientes na educação pública. Estes mecanismos, em caráter consultivo, servirão como canal para que a sociedade explicita para as IES públicas da Paraíba suas propostas para a educação superior. E estas IES públicas - a UFPB, no que nos diz respeito - devem



levar em consideração as posições expressas pela sociedade, ao conceber e executar suas políticas de ensino, pesquisa e extensão e ao realizar sua avaliação institucional.

A avaliação da Universidade está colocada, hoje, por toda a sociedade. A UFPB precisa ser capaz de exercer sua função social buscando atingir o padrão unitário de qualidade propugnado pelo MD. Para fazê-lo, com legitimidade, é preciso que ela se avalie. Só assim, ela terá o respaldo da sociedade que, ao percebê-la relevante, endossará a luta pela preservação de seu caráter autônomo, público e democrático. A nós, do MD, cabe acompanhar o desenrolar deste processo, posicionando-nos, sempre que necessário, para garantir que ele ocorra do modo como desejamos.

João Pessoa, 05 de dezembro de 1990.

## CAMPANHA DA MÍDIA

Um "clip" sobre a situação de sucateamento da UFPB, as condições de trabalho no campus e a próxima campanha salarial, além de temas correlatos, será inserido, nos próximos dias, na televisão local pela ADUFPB - JP. O programa está sendo produzido por Grupo de Trabalho da área de Comunicação e será financiado com os recursos arrecadados junto aos docentes.



## CALENDÁRIO DE LUTAS

### "AÇÃO NA MÍDIA"

Neste fim de novembro e começo de dezembro prevê-se uma intensa mobilização com vistas à consolidação da pauta de reivindicações da categoria, em função da data-base. Assim sendo, no período de 26 a 30 - SEMANA NACIONAL DE LUTAS - serão realizados múltiplos esforços e eventos. Para o dia 28, DIA NACIONAL DE LUTA, esta, prevista, em João Pessoa, uma ação na mídia, quando visitas, entrevistas e debates estarão sendo realizados nos meios de comunicação. A questão salarial de professores e funcionários, a crise da universidade pública, a situação específica da UFPB são temas que estarão em pauta nas discussões desta semana.



**ADUFPB JP**  
Associação dos Docentes da UFPB

# ADUF

---

# AGENDA

## ADUF É SEÇÃO SINDICAL

Com o seu Regimento de Seção Sindical, publicado na edição do Diário Oficial do Estado, do dia 22 de novembro, a ADUFPB-JP passa a adquirir o estatuto legal de Sindicato dos Docentes do Campus I da UFPB. A categoria está de parabéns, pois a medida é um passo na consolidação e na coesão do movimento sindical, ao mesmo tempo em que cumprimos todos aqueles que trabalharam tecnicamente no sentido de viabilizar esta conquista para o movimento sindical. O texto do regimento se encontra à disposição dos interessados na sede da entidade.



## NOVOS ENDEREÇOS

Pedimos aos associados da entidade que atualizem, urgentemente, seus endereços junto aos nossos arquivos, pois pretendemos criar uma rede de comunicação utilizando as referências domiciliares do docente. Para tanto, o pensamento da diretoria já utilizar o novo sistema de correspondências para a expedição do próximo número do Boletim.

## REUNIÃO COM O MINISTRO

A ANDES e a FASUBRA foram recebidas, no último dia 15 pelo Ministro da Educação, a quem encaminharam uma tabela salarial a ser implantada ainda este ano. A justificativa é a imensa defasagem salarial com que os professores e funcionários das IFES estão convivendo, ao mesmo tempo em que a data base da categoria prevista para janeiro de 91 incidirá sobre os reajustes da tabela apresentada. O Ministro concordou com os argumentos, mas ficou de estudar o assunto com a equipe econômica do MEC. Na oportunidade anunciou sobre a disposição do governo de rever a situação atual do Regime de Dedicção Exclusiva, por entender que há distorções. Sobre a questão das férias de 45 dias, explicou que o MEC é contra por entender que seriam privilégios e corporativismo da classe em detrimento dos demais funcionários.

### "COMO SE FOSSE..."

Como se fosse: dia 26 de novembro na UFPB foi dia 1º de novembro normal, após marchas e contramarchas entre informações da CODESC e do Gabinete do Pró-Reitor de Graduação. Textualmente, "não é ponto facultativo mas é como se fosse" (fragmento do diálogo entre um professor e a Coordenadora da CODESC). Já a UFPB é uma Universidade, mas é como se não fosse...

## REGIME JURIDICO UNICO

Com aprovação da lei que estabelece o Regime Jurídico Único para funcionários públicos federais, no último dia 14, pelo Congresso Nacional, ficou evidenciada a luta das entidades nacionais que discutiram e acompanharam o processo. A ANDES-SN participou ativamente, lutando para que fosse aprovada uma legislação compatível com os ausílios da categoria. A ADUFPB-JP pretende, oportunamente, tão logo seja a lei sancionada, colocar todas as informações sobre o RJU à disposição dos associados, orientando-os na demanda e implementação dos benefícios.

## ELEIÇÕES

Serão realizadas no dia 20 de dezembro as eleições para escolha dos membros do Conselho de Representantes da ADUFPB-JP-SSIND. Urnas serão colocadas em cada centro, estando sendo adotadas as providências preparatórias. Pelo novo regimento da entidade, o Conselho será composto por 27 membros. As inscrições serão realizadas entre 10 e 14 de dezembro na Secretaria da ADUFPB-JP.

## PRONUNCIAMENTO ESPERADO ?

O Conselho Universitário reúne-se hoje, dia 27, quando serão relatados e apreciados 17 processos. Mas o esperado mesmo é o pronunciamento (anunciado) que o Reitor fará quando vai se reportar à crise atual da UFPB, à ameaça de demissão do Secretário Geral do SINTESPB Francisco Ramalho e à questão referente ao desconto dos salários dos funcionários.

## DEMISSÃO, NÃO !

Professores, funcionários e estudantes se uniram, mais uma vez, prestando solidariedade ao secretário geral do SINTESPB, Chico Ramalho, injusta e ditatorialmente ameaçado de demissão pelo reitor, através de um abaixo-assinado, que teve ampla repercussão na UFPB.



## INSALUBRIDADE, INSEGURANÇA

É simplesmente caótica a questão da segurança de trabalho na UFPB. Aparentemente, um tema inexistente, mas a comunidade não toma conhecimento dos inúmeros casos de intoxicação e outros efeitos, provocados pelo uso indevido de laboratórios e equipamentos laboratoriais. A ADUF vai entrar de cheio nesta questão, por entender que a segurança do trabalho é a segurança do trabalhador. Um dossiê sobre o assunto está sendo preparado pelo Professor Celso Luiz Rodrigues Pereira, que será utilizado para um processo de mobilização intenso na UFPB.

## REUNIÃO DAS FEDERAIS

O presidente da ADUFPB-JP/SS Jader Nunes, estará presente à reunião do setor das Universidades Federais prevista para o dia 30, sexta-feira, em Brasília, quando será definida a pauta de reivindicações a ser entregue, no dia 3 de dezembro ao Governo. A reunião que contará com a presença de, aproximadamente, 43 entidades, examinará duas pautas em estudo, aquela que quantifica as perdas entre janeiro/dezembro(90) e uma segunda que estipula esta quantificação entre março e dezembro do mesmo ano.

# AÇÕES JUDICIAIS

Além da questão dos 93,54% - que corresponde à composição do IPC de março (84,32%) com o redutor salarial (5%) do IPC de janeiro -, que está sendo encaminhada à Justiça, a Diretoria da ADUFPB-JP/SSIND solicitou aos advogados por ela contratados que analisassem a viabilidade das seguintes demandas judiciais:

1. A gratificação de nível superior - 20% - que nos foi suprimida na implantação do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos - PUCRCE, em julho de 87.
2. A URV de abril e maio de 1988 (26,06%), que não foi aplicada aos salários desses meses, para efeito de reajuste.
3. A redução em nossas férias de 45 para 30 dias.

## REGIME JURÍDICO

Agora a luta e as atenções se voltam para o Congresso que deve apreciar os vetos de Collor ao Projeto de R.J.U.

Como vem fazendo sistematicamente, o presidente desrespeita o Congresso, desqualifica os seus auxiliares, que discutiram e aprovaram o projeto, e, sobretudo, espolia o funcionalismo público.

Os vetos descaracterizam o projeto que, aliás, já não atendia a todas as reivindicações da categoria.

Exemplos flagrantes são os vetos ao dispositivo que responsabilizava, integralmente, o Tesouro Nacional pelo pagamento da aposentadoria (Art. 231, § 2º) e aqueles que restringem os direitos sindicais e trabalhistas dos servidores públicos federais (Alíneas d e e do Art. 240 e o § 4º do Art. 243).

Na Assembleia Geral de 6ª feira, estaremos avaliando, com detalhes, a questão.



ADUFPB JP  
Associação dos Docentes da UFPB

## ADUF AGENDA

## ASSEMBLÉIA GERAL

DIA  
14/DEZEMBRO/90  
(sexta-feira)  
AS 09:00



No auditório do CT, às 09:00 horas desta SEXTA FEIRA; 14/12, realiza-se mais uma ASSEMBLÉIA GERAL da ADUFPB-JP. Pela pauta você vê a importância de sua participação:

1. Deliberação sobre proposta de avaliação institucional da UFPB;
2. Ações judiciais sobre salários;
3. Campanha salarial:
  - a) avaliação da resposta do governo (pauta unificada);
  - b) resultado da audiência com Ministro (pauta específica);
  - c) dia nacional de luta: 19/12
4. Procedimentos para a escolha do Conselho de Representantes e dos delegados ao X Congresso da ANDES-SN.

## AVALIAÇÃO

Realizou-se na semana passada a 4ª etapa do Seminário (Avaliação na UFPB) promovido pela ADUFPB-JP. Desta última etapa resultou uma proposta de avaliação institucional da UFPB. Divulgada como o nº 07 dos "CADERNOS DA ADUF" ela deverá ser apreciada e votada na ASSEMBLÉIA GERAL do dia 14, após o que será encaminhada à Comissão de Avaliação da UFPB.

## AUMENTO DO XEROX

Em razão dos sucessivos aumentos de custos a Diretoria da ADUFPB-JP resolveu passar para Cr\$ 7,00 (sete cruzeiros) o preço da cópia do xerox. Esse preço ainda é subsidiado. Por isso as cópias são liberadas só para os sócios da AD e, para evitar prejuízos e atropelos, os funcionários estão instruídos para só realizarem trabalho mediante pagamento à vista.

## CORREÇÃO DA TABELA SALARIAL

Numa iniciativa da ANDES-SN e da FASUBRA foi encaminhada, em recente audiência com o Ministro da Educação, uma exposição de motivos mostrando a defasagem da tabela salarial dos professores e funcionários das universidades federais em relação ao restante do funcionalismo público. Reivindicou-se do Ministro providência imediata no sentido de corrigir tal distorção.

No último dia 4 deste mês o Ministro da Educação encaminhou um Aviso Ministerial à Secretaria da Administração Federal, transformando as ponderações e as tabelas propostas pela ANDES-SN e FASUBRA em anteprojeto de lei a ser apreciado pelo Executivo e encaminhado ao Congresso. Sabe-se, através da ANDES-SN, que há fortes resistências no Ministério da Economia em relação a correção destas tabelas salariais. Esta reivindicação independe da campanha salarial pelo reajuste na data-base e das diversas ações judiciais em curso.

**A IMPUNIDADE  
TEM QUE ACABAR**

PUNIÇÃO A MANDANTES E ASSASSINOS DE  
**CHICO MENDES**

## CAMPANHA NA MÍDIA

I

Na próxima semana estará sendo veiculada pela mídia televisiva uma ampla campanha em defesa da universidade pública tendo como eixos o financiamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão e a defesa de salários dignos. Trata-se de uma campanha financiada pela colaboração espontânea com 1% do salário de outubro de uma boa parcela de professores do campus I da UFPB. A mensagem representa um apelo à sociedade civil: "Una-se a nós! Defenda a Universidade!".

## CAMPANHA NA MÍDIA

II

Esta campanha na mídia local substitui, conforme decisão de Assembleia Geral de nossa categoria, uma campanha que seria veiculada a nível nacional, que não foi possível ser veiculada por razões de ordem técnica. Assim sendo, a AG acatou proposta da Diretoria de proceder a devolução da contribuição aqueles que eventualmente não concordarem com tal encaminhamento. Neste caso o professor terá até o dia 28/12 para, na sede da ADUFPB-JP, receber a devolução.

## "SITUAÇÃO ATUAL NA UFPB"

As entidades de professores, estudantes e funcionários estão divulgando, nesta semana, uma CARTA ABERTA À COMUNIDADE E AO REITOR em que analisam de uma forma preliminar o documento intitulado "Situação atual da UFPB" assinado pelo Reitor Antônio Sobrinho encaminhado ao Conselho Universitário e aos diversos setores da universidade. Dada a gravidade da forma em que o documento é redigido, as entidades esperam que toda a comunidade universitária faça o seu próprio juízo sobre o teor do que ali está colocado. E estão encaminhando um debate sobre a situação atual da UFPB no próximo dia 19, quarta-feira, às 09:00 horas, no Auditório da Reitoria.